

Universidade Federal de Ouro Preto

Bacharelado em Filosofia

Douglas Aparecido da Silva

Descolonização e reinvenção do sujeito:
Uma cartografia do encontro a convite de Achille Mbembe.

Ouro Preto

2021

Bacharelado em Filosofia

Douglas Aparecido da Silva

Descolonização e reinvenção do sujeito:
Uma cartografia do encontro a convite de Achille Mbembe.

Trabalho de Conclusão de curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel pelo Curso de bacharelado em
Filosofia pela Universidade Federal de Ouro
Preto.

Orientador: Bruno Guimaraes.

Ouro Preto

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586p Silva, Douglas Aparecido da.
Pós-colonização e reinvenção do sujeito [manuscrito]: uma cartografia do encontro a convite de Achille Mbembe. / Douglas Aparecido da Silva. - 2022.
66 f.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Almeida Guimarães.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Filosofia, Artes e Cultura. Graduação em Filosofia .

1. Mbembe, Achille, 1957-. 2. Filosofia. 3. Identidade (Conceito filosófico). 4. Cartografia. 5. Arquivos. I. Guimarães, Bruno Almeida. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 1

Bibliotecário(a) Responsável: Paulo Vitor Oliveira - CRB6 / 2551



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA ARTES E CULTURA
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Douglas Aparecido da Silva

**Pós-colonização e reinvenção do sujeito:
Uma cartografia do encontro a convite de Achille Mbembe**

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Filosofia

Aprovada em 6 de janeiro de 2022

Membros da banca

Prof. Dr. Bruno Almeida Guimarães - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.^a Dr.^a Imaculada Maria Guimarães Alves - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Olímpio José Pimenta Neto - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Bruno Almeida Guimarães, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/08/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Almeida Guimaraes**, COORDENADOR(A) DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA, em 01/09/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0391418** e o código CRC **4B00DCF7**.

Dedico este trabalho as minhas filhas: Sophia, Amélie e Makena Badu, por serem as forças que mantêm o fluxo!

Agradeço ao tempo por me permitir amadurecer e a todos os seres que me acompanharam e fortaleceram neste processo.

“Descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos. Mas essa criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma potência sobrenatural: a “coisa” colonizada se torna homem no processo mesmo que se liberta.”

Frantz Fanon, Os condenados da terra.

Resumo

O presente texto é uma análise do exercício de pensamento crítico emergente na obra do pensador camaronês Achille Mbembe. O propósito é definir um percurso dentro de seu campo de investigação que nos possibilite acessar arquivos e vestígios sobre as condições dadas aos procedimentos de construção ontológica de identidades, desenvolvidos a partir do período de sistematização do capitalismo mercantil. Trata-se de se debruçar sobre sua linha de investigação filosófica que busca lidar com a construção de narrativas e de discursos da história que tiveram por princípio a questão de Raça. A intenção é enfatizar como Achille Mbembe, ao questionar a razão negra, principalmente a partir de fortes alicerces recolhidos da obra de Frantz Fanon, abre perspectiva para uma nova possibilidade de um fazer filosófico subsidiado pela metodologia da Cartografia, nos termos de Deleuze, que, por fim, nos conduz a possibilidades de nos reinventarmos em lugares outros, em meio a novas possibilidades de inscrição de um *corpo outro* nos domínios de outras múltiplas expressões na linguagem.

Palavras-chave: vestígios; arquivo; identidade; cartografias; reinvenção.

ABSTRACT

The present text is an analysis of the exercise of the emergent critical thought in the work of the Cameroonian thinker Achille Mbembe. The purpose is to define a route within his field of investigation that allows us to access archives and vestiges about the conditions given to the procedures of ontological construction of identities, developed starting from the period of systematization of mercantile capitalism. It aims to pore over his line of philosophical inquiry that intends to deal with the building of narratives and discourses of history that had as a principle the matter of Race. The intention is to emphasize how Achille Mbembe, by questioning the black reason, mainly from strong foundations harvested from the work of Frantz Fanon, creates perspective for a new possibility of a philosophical making subsidized by the methodology of Cartography, in Deleuzian terms, that, in the end, leads us to possibilities of inscriptions in a body other in the domains of other multiple expressions in the language.

Keywords: vestiges; archive; identity; cartographies; reinvention.

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2 O princípio de Raça e a construção do sujeito.....	18
2.1 Princípio de Raça.....	24
2.2 A Raça negra e a forja do outro	28
2.3 O Conceito de Sujeito.....	31
2.4 A reinvenção do Sujeito.....	34
3 A fantasmagoria do Eu: sujeito negro, sujeito africano, sujeito.....	38
3.1 A clausura do espírito.....	41
3.2 Decifrando códigos.....	43
3.3 Uma nesga de luz.....	47
4 Territórios de vestígio.....	52
Conclusão.....	60
Referências bibliográficas.....	64

Introdução

O programa filosófico de Achille Mbembe é um divisor de águas de nosso tempo, pois o ímpeto de sua análise crítica e metodologia filosófica projetam-se em todo momento a lidar com problemas do presente – entrecortados pelos acontecimentos do passado – com vistas a encontrar pontos de fuga. Mbembe se serve da história para abordar as questões do nosso tempo e o faz construindo possibilidades para uma reflexão, até então incomum, e, assim sendo, lança-nos para além de tudo o que já se viu sobre as perspectivas de reflexões dentro da cátedra filosófica. Ele reúne fragmentos da história que possibilitam a construção de perspectivas de descolonização fecundas para então se almejar caminhos cujo vislumbre é de um futuro que preze e preserve vidas.

Neste caminhar filosófico, no entanto, há um esforço dispendioso no cerne de suas reflexões. A abordagem da questão racial que, à primeira vista, é a questão cimeira de seus estudos, parece muitas vezes ofuscar o entendimento de seu programa geral. Porém, não aceitar o convite da profundidade de suas escavações, em sentido plenamente arqueológico, sobre o termo negro e suas aplicações nos desdobramentos históricos, é não compreender o que torna suas reflexões tão incomuns aos preceitos filosóficos canônicos. Vale aqui ressaltar que a notoriedade de Achille Mbembe, dentro dos ciclos de reflexões acadêmico-filosóficas, é relativamente recente, o que representa pouca produção intelectual em torno de seus estudos, o que dá ao nosso empenho um tom desafiador.

Além disso, faz-se necessário destacar ainda os obstáculos encontrados na própria abordagem do tema em questão pelo próprio Mbembe, que expõem o quão complicada é esta tarefa ao admitir que

Um Arquivo é, sabemo-lo, indispensável para restituir os Negros à sua história, mas é uma tarefa especialmente complicada. Na realidade, tudo o que os negros viveram como história não tem forçosamente de ter deixado vestígios, e, nos lugares onde foram produzidos, estes vestígios não foram preservados. Assim, impõe-se a saber: na ausência de vestígios e de fontes com factos historiográficos, como se escreve a história? Rapidamente começou a criar-se a ideia de que a escrita da história dos Negros só pode ser feita com base em fragmentos, convocados para relatar uma experiência em si mesma fragmentada, a de um povo em pontilhado, lutando para definir não como propósito absurdo, mas como uma comunidade cujas manchas de sangue são visíveis em toda modernidade. (Mbembe, 2014, p. 59)

De imediato, acessamos o profundo propósito da sua investigação que passa, principalmente, por compreender como é possível restituir uma história na qual o que se encontram como índices narrativos são *ausências*, tanto de vestígios, quanto de registros de fatos historiográficos. Assim sendo, o que resta é lidar com os fragmentos de uma experiência em si mesma fragmentada. Podemos considerar que Mbembe se lança num exercício que, de antemão, é necessário partir do princípio de que as histórias dos negros forçosamente não deixaram vestígios, uma vez que a maioria dos lugares onde foram produzidas não foram preservados, assim como ele mesmo pontua.

No intuito de constituir uma visão panorâmica em que, além de tematizar o problema possamos também apontar possibilidades de soluções, adotaremos ao longo do trajeto companhias epistemológicas necessárias para o desenvolvimento do proposto: de imediato, uma ancoragem em Foucault, com o qual, notadamente, o exercício torna-se mais palpável nos domínios de arqueologia. Como veremos, não há dúvidas das influências do trabalho de Foucault sobre o desenvolvimento do pensamento crítico de Mbembe, cuja metodologia de reflexão se aplica dentro de parâmetros adjacentes.

Para a missão arqueológica que nos cabe no desenvolvimento deste trabalho, faz jus à abordagem trazer à tona a definição de arquivo – pinçada do dicionário de verbetes de Foucault, organizado por Edgardo Castro – definição que, podemos afirmar, será a mesma adotada por Mbembe, como vimos no excerto apresentado a acima e, portanto, também adotada por nós no desenvolvimento de nossos estudos, a saber:

Entendo por arquivo o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados. Esse conjunto é considerado não apenas como um conjunto de acontecimentos que tiveram lugar uma vez por todas e ficaram em suspenso, no limbo ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua funcionando, se transforma através da história, da possibilidade de aparecer de outros discursos. (Foucault, DEI, 772 apud Castro, 2009 p.43).

Essa definição sintetiza um posicionamento teórico fulcral em nossa jornada. No instante em que há a compreensão de que o verbete arquivo, dentro da linha reflexiva ao qual adotamos, representa um conjunto de discursos que foram pronunciados com efeitos e que, ao serem assim pronunciados, reverberaram em discursos subsequentes. Dessa forma, “arquivo” constitui-se então como uma rede de desdobramentos socio discursivos que, ao longo da história, num processo de permanente mutação, reaparece em diferentes tipos de

discursos, em temporalidades também distintas. O funcionamento deste mecanismo discursivo dos arquivos proposto por Foucault coincide com o que encontraremos quando nos darmos conta da definição do termo princípio de raça, utilizado por Mbembe para sistematizar os procedimentos de substantivação, aplicados como base para a classificação dos seres humanos a partir da diferença.

Ampliando o arcabouço teórico, a definição de arquivo remete-nos a outro termo ancorador: *dispositivo*, que por diversos momentos será recorrente em nossa empreitada filosófica. Esse termo, também marcado na obra de Foucault, será um termo intercessor, ao menos com relação à obra de Deleuze no fechamento de nosso percurso de análise. Mais uma vez, recorreremos ao dicionário de verbetes de Foucault de Edgardo Castro, de onde extraímos a seguinte passagem:

O dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. 2) O dispositivo estabelece a natureza do nexo que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Por exemplo, o discurso pode aparecer como programa de uma instituição, como um elemento que pode justificar ou ocultar uma prática, ou funcionar como uma interpretação a posteriori dessa prática, oferecer-lhe um campo novo de racionalidade. ((Foucault, DE3, 299-300.apud Castro, 2009 p.124).

Digamos que, a partir dessa rica síntese, compreender a ideia de dispositivo dentro do pensamento de Foucault, somado ao entendimento do termo arquivo, é ter acesso a um mecanismo enunciativo que ao mesmo tempo que define, também aciona, conecta e condiciona. O dispositivo, num apanhado geral, é o *dínamo* que comunga as ações e práticas que permitem a projeção da subjetividade e que estabelece as normas institucionalizantes de onde decorrem os processos discursivos de objetivação subjetivação dos corpos e sujeitos.

Como vimos na citação acima, é o dispositivo discursivo que estabelece nexo entre os elementos heterogêneos amalgamando-os em formações discursivas. Estas acabam por determinar e/ou formalizar os discursos que são construídos dentro das instituições; que se manifestam em suas arquiteturas; em que, para seu funcionamento, cria-se regramentos instituídos por leis, que se tornam medidas administrativas firmadas em enunciados

científicos; que, em última instância, se transformam em proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito.

Dentre as várias nuances discursivas acionadas pelos dispositivos enunciativos, possivelmente, a produção de subjetividade seja o ponto mais nevrálgico. Subjetividade é um termo cardíaco em nossa caminhada, já que, dentre as prioridades da investigação desenvolvida por Mbembe, principalmente, a partir do ensaio *Crítica da razão negra* – ensaio base de nossos estudos, está é a disposição: evidenciar de forma crítica os procedimentos de colocação dos corpos e subjetividades dos indivíduos pertencentes ao território que será denominado África para o saber e o poder moderno, colocação que se refere diretamente a torná-los objetos, que só se torna possível através da interação entre dispositivos. Junto a isso, há também toda a imensidade de sujeições e controles necessários para o êxito deste intento capaz de produzir corpos e indivíduos concretos, que se tornam presos a uma identidade. Neste caso em estudo, daqueles que serão denominados Negros.

Esta é a base de desenvolvimento do nosso primeiro capítulo, cujo título é “O princípio de Raça e a construção do sujeito”, que tem como propósito realizar uma investigação histórica sobre a gênese das condições que permitiram a cunhagem dos discursos e das narrativas que estabelecem o princípio de raça. O intuito é desenvolver um diagnóstico, a partir dos estudos de Mbembe, sobre as metamorfoses sofridas pelo substantivo Negro nos procedimentos de construções discursivas que – como veremos – foi o elemento base para o desenvolvimento do pensamento racial euro-ocidental, performando a concatenação de acontecimentos que possibilitaram a implementação do sistema capitalista mercantil, e, conseqüentemente, da constituição da primeira fase do projeto de modernidade europeu.

Exposto o contexto, o nosso segundo capítulo tem por propósito centrar sobre o sujeito que, nesta sua primeira aparição, surgirá sob condição de clausura. Observar seu movimento relação a si mesmo: primeiro, ao se dar conta do contexto no qual está inserido; segundo, no sentido de despertar e reconhecer-se como sujeito que está presente em enunciados estabelecidos por instituições normativas, que participa de preceitos científico-filosóficos ou se vê instituído em normas condicionantes, circunstâncias discursivas que apresentaremos nas abordagens sobre as interações teóricas entre Mbembe e Aimé Césaire, estudioso evocado para apontar o grande aparecimento deste sujeito para a vida universal. Este é o

momento anunciado como grande meio-dia em que o termo Negro deixa de remeter, simplesmente, para a experiência de um vazio que se deve preencher, até o instante da aparição de Frantz Fanon.

Fanon surge na obra de Mbembe como um Copérnico, pois é nos veios psicanalíticos abertos por Fanon que Mbembe irá nutrir suas mais profundas raízes, na perspectiva de desenvolver um pensamento crítico que analisa os jogos singulares desenvolvidos entre as práticas de saber e de poder, estrategicamente articulados com o objetivo de produzir as subjetividades daqueles que estão sujeitos à sua ação ou que são objetos dela. Através dos estudos psicanalíticos de Fanon, Mbembe compreende que os procedimentos de invenção envolvem um conjunto meticuloso de trabalhos e práticas que visam estabelecer as condições necessárias à sujeição ao se lançar mão do discurso, dos gestos ou de um simples movimento de olhar sobre aqueles condicionados ao domínio.

Além de tudo isso, é também por meio das lentes de Fanon que Mbembe nos remeterá a ideia de cartografia. Neste momento, ele expõe Fanon em numa posição de desbravador e testemunha, ao qual sua trajetória de vida representa uma notória referência para o que ele chama de projeto de transfiguração:

O projeto de transfiguração exige do sujeito que ele abrace conscientemente a parte fragmentada de sua própria vida; que ele se obrigue a desvios e reconciliações, por vez improváveis, que opere nos interstícios, se quer dar uma expressão comum a coisas que por hábito dissociamos. Fanon passou por cada um destes lugares não sem reserva de distância e espanto, como o objetivo de assumir plenamente a cartografia instável e fluida na qual se encontrava. Ele chamava lugar a toda experiência de encontro com os outros, que dá azo à autoconsciência, não necessariamente como indivíduo singular, mas como brilho seminal de uma humanidade, mais vasta, a braços com a fatalidade de um tempo que nunca para, cujo principal tributo é o de fluir – a passagem por excelência. (Mbembe, 2017, p.247)

Interessa nos aqui o sentido que Fanon atribuía a ideia de lugar. Este reside e resiste onde se manifesta a possibilidade de encontro com os outros, intercâmbio capaz de projetar potência ao autoconhecimento, ao despertar do brilho seminal de uma humanidade latente que há em cada um dos seres, cuja principal característica é *ser passante*, melhor dizendo. Podemos aqui afirmar que se há algo de permanente nesta existência, este algo só pode ser a própria transitoriedade.

Diante destes apontamentos e, ainda, acrescentando um novo elemento, que é a constatação do devir negro no mundo – fato que trataremos como ponto focal ao longo do texto – avançamos com vistas ao terceiro capítulo. Neste momento, somando as contribuições de Frantz Fanon e Michel Foucault já apontadas, trazemos a esta jornada filosófica Gilles Deleuze, que nos apresenta como recurso crítico-metodológico o conceito de cartografia.

Dada a assimilação do racismo enquanto dispositivo, o percurso se orienta, ao final, em buscar por metodologias que nos auxiliem na visualização de meios de superação dos procedimentos de assujeitamentos dos corpos e suas subjetividades. No início do texto, ao insinuar que há um propósito maior na obra de Mbembe, para além da questão racial, nós o fazemos por nos darmos conta de que toda sua construção culmina na elaboração de trajetos que criam possibilidades para outras existências. Por isso Mbembe desenvolve a ideia de afropolitanismo, ao propor uma ética do passante, por reconhecer a necessidade de se abrir fronteiras diante de um mundo moldado pela conjunção de dispositivos de assujeitamentos.

Neste projeto de abertura para novas epistemes, isso só se torna viável se encontramos ferramentas que operam na mesma dimensão de complexidade e multiplicidade que os dispositivos em questão. Tratando-se de complexidade e de multiplicidade é que trazemos a definição de um termo que surge do desdobramento teórico do conceito de dispositivo, ao qual denomina-se cartografia, descrito da seguinte maneira por Deleuze:

Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de ‘trabalho de terreno’. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal. (DELEUZE, 2005, p.1)

Encontramos neste ponto a intersecção de projetos que nos permite justificar a adoção destes pensadores como companhia. Podemos aqui afirmar que o trabalho executado por Mbembe, em que ele traça uma trajetória que nos permite acessar arquivos e vestígios, é similar ao exposto por Deleuze ao abordar o trabalho de exercício crítico realizado por Foucault. Trata-se de um exercício de análise histórica, minuciosa, sobre os dispositivos

concretos que estão diretamente relacionados à produção e à manutenção das práticas de racismo.

Aos mesmos moldes, Mbembe busca em seu programa filosófico “desemaranhar” os complexos novos políticos enrolados desde o século XVIII, composto por linhas de discursos, raciocínios, regras, dos quais se apresentam inúmeras possibilidades de interação que, por fim, determinam os dispositivos de assujeitamento que se manifestam tanto pela esfera do poder quando do saber. Em resumo, aceitar o convite reflexivo de Mbembe é também se posicionar diante de uma imensa rede de linhas discursivas enredadas para fins de poder e de dominação.

Notoriamente, ao se aprofundar no pensamento crítico de Achille Mbembe, é perceptível que o desenvolvimento de seu olhar crítico está ancorado no compromisso de produzir uma análise e descrição dos pormenores que envolvem a transformação das subjetividades e, portanto, do sujeito ao longo de sua formação histórica. Sua busca parte da genealogia do princípio de criação da ideia de sujeito no sentido mais elementar para, por fim, apontar possibilidades de soluções, nas quais a invenção de novas formas de existir representa, possivelmente, o ponto de fuga mais salutar que demarca pontos de resistência e também onde é possível pensar em um mundo em que, verdadeiramente, se reestabeleça e preserve a vida.

A cartografia surge aqui como um grande desafio, pois é ela que nos permitirá exercer a leitura e a interpretação do trajeto histórico a partir do qual se tornará possível mapear as vias e vielas que nos conduza a espaços outros. Trata-se de evocar a concepção de espaços outros, denominada por Foucault como heterotopia¹, que, objetivamente, pretende desenvolver um olhar estratégico que se abre para a multiplicidade tanto de interpretações quanto de ações, cuja finalidade é atingir novos modos de relação do sujeito consigo

¹ O conceito de heterotopia que aparece originalmente em *As Palavras e as coisas* também reaparece em uma Conferência de Foucault intitulada “Espaços Outros”, de 1967, para falar ao círculo arquitetural de Paris sobre essas espécies de contra-lugares, ou lugares utópicos efetivamente realizados em outros espaços, que me “permite me olhar lá onde estou ausente” com num espelho (Foucault, 2009, 447). Nosso interesse pelo tema se insere na perspectiva de pensar o trabalho arqueológico como uma forma de revelar as arbitrariedades que estão por trás do espaço de ordenação de determinado saber ou disciplina, transformando o que parecia necessário em mera contingência e tornando-se um ponto de partida para um grande número de ordens possíveis.

mesmo; e, por fim, que estes possibilitem de fato o exercício da liberdade enquanto prática concreta, como um exercício cujo esforço culmina no ápice de vislumbre para o horizonte em perspectivas.

Essa estratégia própria da metodologia da cartografia - que nos conduz à identificação destes lugares outros, destas heterotopias - é o que nos permite escapar do discurso preestabelecido sobre o qual toda produção de saber institucionalizado está assentado. Neste contexto, criar ou inventar práticas e formas de viver que tornem possíveis a singularização e a produção de si mesmo é a chave para o surgimento de novos mundos, habitados por novas estéticas da existência, o que ainda dará acesso a novas paisagens, como possibilidades de construção de novas relações que, por fim, criarão as condições para as novas formas de subjetividade que se afirmem pelo direito à diferença.

Aqui firmamos o nosso propósito em contribuir com este exercício de pensamento crítico decolonial. O objetivo é lidar, com os fragmentos da história, com arquivos e vestígios armazenados e os destacar para serem assim trabalhados sob o olhar crítico e embasado capaz de tornar visíveis experiências evolutivas, no sentido de condicionar outras formas de se viver e interagir com as realidades que experimentamos. A jornada que segue almeja a mais que um exercício meramente teórico, mas sim, a um exercício de transformação filosófica que participe do projeto de sermos seres melhores.

2 O princípio de Raça e a construção do sujeito

O nosso primeiro capítulo tem como propósito percorrer um delimitado trajeto dentro do programa filosófico do pensador camaronês Achille Mbembe, em busca de arquivos que nos possibilitem realizar um diagnóstico das metamorfoses sofridas pelo substantivo Negro nos procedimentos de construções discursivas ao longo do tempo. Como veremos, tal vernáculo representa um elemento fundamental no desenvolvimento do pensamento racial euro-ocidental condicionante de diversos acontecimentos que está diretamente relacionado à implementação do sistema capitalista mercantil e, conseqüentemente, da constituição da primeira fase do projeto europeu de modernidade.

Desta forma, Mbembe, ao propor este exercício de pensamento crítico, permite-nos refletir a partir de um novo prisma. Ele nos habilita a perceber as concatenações necessárias para a formação da sociedade ocidental expondo os procedimentos que dão condições à construção de discursos e ao estabelecimento de narrativas que têm sustentado os sistemas de produção de saber e manutenção do poder.

Este trabalho tem como ponto de partida lidar com os condicionamentos necessário para o surgimento do substantivo Negro e sua aplicação na forma de nominação das pessoas de origem africana ao longo dos procedimentos de estruturação do capitalismo em sua primeira etapa, como é apontado no trecho a seguir:

O Substantivo Negro é depois o nome que se dá ao produto resultante do processo ao qual as pessoas de origem africana são transformadas em mineral vivo de onde se extrai metal. Esta é a sua dupla dimensão metamórfica e econômica. Se, sob a escravatura, a África é o lugar privilegiado de extração deste metal, a plantação é no novo mundo, pelo contrário é o lugar sua fundição, e a Europa, o lugar de sua convenção em moeda. Esta passagem do homem-mineral ao homem-metal, do

homem-metal ao homem-moeda, é uma dimensão estruturante do primeiro capitalismo. (Mbembe, 2014, p.78)

Interessa-nos neste trabalho compreender a força que engendra essas etapas de plantação, fundição e convenção, uma vez que estabelecem uma metáfora cuja representação figura de forma veemente o processo de violência infringido para se obter como resultado final este produto que é, em última instância, o homem-moeda: uma das dimensões estruturantes do primeiro capitalismo.

Podemos aqui afirmar que se há um instante histórico no qual podemos encontrar vestígios, ou que possua arquivos – no sentido do termo apresentado em nossa introdução, que nos permitam acessar as concatenações que deram azo a esses processos no interior dos quais África torna-se este local de onde se extrai este metal, que, por fim, produz o ser humano substantivado, que se torna um objeto, uma mercadoria – é neste instante. É justamente nele em que é condicionada a construção de discursos que serão ditos e afirmados efetivamente inúmeras vezes, além de serem reverberados e metamorfoseados ao longo do tempo pelas ações e práticas do saber e do poder, culminando assim na substantivação do termo negro no sentido de homem-mercadoria.

Portanto, nosso esforço maior consiste em transitar, sob a guia do programa filosófico de Achille Mbembe, em consonância com sua reflexão crítica, em busca de compreender, a partir de tantos percalços, como se escreve uma nova história a partir de um procedimento de desemaranhar novos históricos, sob a luz da metodologia da cartografia. Como já apontado na introdução, lidar com a escrita da história dos Negros é tarefa especialmente desafiante, uma vez que os vestígios desta história não foram preservados; e se preservados, não são devidamente referenciados.

Partindo dessa constatação de que a escrita da história dos Negros só pode ser realizada a partir de fragmentos, adotamos a perspectiva de que, se há uma possibilidade de construção, ela terá uma arquitetura que nos forçará a reordenar nossa visão, a ponto de compreendermos a reinvenção como sua força motriz. Para tanto, nosso ponto de partida é reconhecer os inúmeros pormenores factuais e as monstruosidades engendrados para a sistematização do capitalismo mercantil, desdobrados a partir do cruzamento de nexos estabelecidos entre discursos, narrativas e instituições.

Neste ponto de análise, interessa-nos o procedimento genealógico de lidar com os mecanismos de cunhagem da concepção do princípio de raça, cuja origem se dá no hemisfério ocidental, mais precisamente na Europa. Sua principal função foi a fundamentação do processo de construção de identidades e, supostamente, a legitimação do princípio de poder. Trata-se de um procedimento de construção ontológica segundo o qual o que é definido como característica de um determinado grupo humano é substantivado, ou seja, definido como necessário – essência fixa e imutável, mais especificamente – como se essa definição lhe fosse atribuída pela própria natureza.

O contexto apresentado é condicional para a construção e manutenção de uma rede sistêmica de poder e dominação que se sustenta desde então. Segundo Mbembe, o mesmo sistema que, desde seus primórdios, posicionava a Europa como o centro do globo terrestre, enfatizando a como o continente da razão, da vida universal e da verdade da humanidade; assim sendo, o que não fosse Europa constituía a manifestação, por excelência, da existência objetual – neste caso, o território que será denominado África, no geral, e o sujeito que será denominado negro, no particular – serão apresentados como símbolos acabados desta vida vegetal e limitada.

Como aponta Mbembe, no trecho a seguir, trata-se de estabelecer um mecanismo que engendra uma violência estrutural, que percebemos manifesta em todos os níveis de contato estabelecidos pelos europeus com os diferentes povos do mundo e que notadamente se manifesta de forma mais explícita com os povos de origem africana, como ele reforça ao admitir que

Tal força manifestou-se de diversos modos em várias épocas e contextos – genocídios e extermínios no Novo Mundo e na Austrália, tráfico de escravos no triângulo atlântico, conquistas coloniais em África, na Ásia e na América do Sul, apartheid na África do Sul e, um pouco por todo lado, extorsão, roubos, expropriações e pilhagens em nome do capital e do lucro e, para coroar o conjunto, vernaculização da alienação. Esta violência estrutural e sua contribuição para uma profundamente desigual redistribuição dos recursos de vida e dos privilégios da cidadania a uma escala planetária vão conferir à fantasia do Branco uma parte do seu bem-estar – ao que é preciso acrescentar as proezas técnicas e científicas, as criações da mente, as formas de organização da vida política relativamente disciplinada, pelo ao menos aparentemente, e quando houve necessidade, a crueldade desmedida e, como já disse Aimé Césaire, uma propensão irracional para assassinar. (Mbembe, 2014, p. 87)

Ressalta-se que da gênese desse estado de violência, em suas manifestações mais profundas, experimentamos as consequências mais gritantes: a desigualdade de distribuição e redistribuição de recursos de vida e privilégios de cidadania, que pode ser percebida em todo território ocupado pelos frutos de tal necessidade de centramento. Violência que é desenvolvida e estabelecida por uma série de dispositivos que se desdobraram em proezas técnicas e ciências, e que culmina em práticas que estampam uma crueldade desmedida e, ainda, como endossado nesta nota por Césaire, se expõe por fim, como uma propensão irracional para assassinar. Eis a consolidação de um dispositivo erguido como a base do desenvolvimento de um sistema de regras e de disciplinas que se estabelecem para a prática do poder de dominação em escala planetária.

Cientes da violência estrutural empunhada pelo assentamento do capital, a partir daqui nos cabe lidar com os mecanismos de invenção da concepção de sujeito. Interessa-nos entender como surgem condições discursivas a partir do continente europeu para a elaboração de uma narrativa ficcional que, como já notado, é carregada naturalmente de intenções que, ao longo dos últimos séculos, serviu ora de arma, ora de ferramenta para consolidação e manutenção deste projeto de conquista, dominação e subalternação sobre os demais povos e territórios do globo terrestre.

Retomando a abordagem sobre o termo princípio de raça, outra questão fundamental é perceber a função desta terminologia no processo de construção e manutenção da ideia de sujeito e da prática de produção de subjetividades. Neste ponto, o objetivo é compreendermos, no desenvolver da leitura, como o princípio de raça é de fato a base de um dos procedimentos de dominação mais contundentes e nevrálgicos da história moderna.

O debate principal decorre do intuito de expor essa nevrálgia, na medida em que avançamos na compreensão de que toda condição de sua existência surge de uma fabulação. Nesta, a ideia de Raça Negra é o escopo ou, ainda, a ideia-matriz que dá base para os processos de construções ontológicas de identidade, ou seja, ela permite a construção de identidades, que, a partir de então, tornam-se substâncias, essências fixadas e naturalizadas depositadas sobre o corpo alvo da dominação. Nesta perspectiva, podemos considerar o delineamento teórico do princípio de raça como elemento-chave, o dispositivo de dominação por excelência, que nos permite abordá-lo como um dos mecanismos fundamentais para a elaboração das diferentes formas de definições dos corpos como também para o

estabelecimento de regras e práticas que, nada menos, determinam as formas de poder que dão condição a nossa existência.

Para melhor compreendermos este traço linguístico em suas implicações filosóficas, destacamos um excerto do CRN², no qual Mbembe aponta que “Por princípio de Raça, subentende-se, aliás, a forma espectral de divisão e de diferença humana suscetível de ser mobilizada para fins de estigmatização e de exclusão, de segregação, pelos quais tenta isolar, eliminar e, até destruir fisicamente determinado grupo humano”. Ele acrescenta ainda o alerta de que: “Se de início, estas práticas eram prosaicas, disparatadas, mais ou menos sistemáticas, iriam depois ser erigidas em costume, incorporadas em instituições, leis e técnicas, de cujos vestígios podemos historicamente seguir e descrever os efeitos.” (Mbembe, 2014, p.102)

Como já podemos notar, este termo é um amalgamado de pensamentos, práticas e costumes instaurados nas gêneses sociais que, historicamente, foram difundidos e se enraizaram nos procedimentos de formação discursiva das instituições. Como apontado no trecho acima, tal nomeação atua como uma forma espectral de divisão e de diferenciação humana que garantem eficiência às práticas do Estado e, conseqüentemente, aos sistemas de poder que se manifestam nas formas mais prosaicas do cotidiano de assegurar sua existência no mundo.

Assim sendo, não resta dúvidas de que o princípio de raça representa um algo maior, algo que se estende como uma espécie de grande sombra sobre os acontecimentos históricos subjacentes ao capitalismo. Indo além, compreende-se que há aqui, como já apontado, um espectro suscetível de ser mobilizado para fins de estigmatização, exclusão e até, se necessário, para um mecanismo destinado a destruir fisicamente determinado grupo humano produzindo um espectro fantasmagórico em suas trajetórias e na de seus descendentes.

Desta forma, o princípio de raça consolida-se em nossos estudos como um eixo fundamental da sistematização de dispositivos de poder, e o percebemos como um vestígio que nos desperta, a partir da metodologia filosófica desenvolvida por Mbembe, ao investigar as camadas sobrepostas do tempo que promovem a metamorfose de sua aplicação. Nossa

²De agora em diante, usaremos a sigla CRN para fazer referência à *Crítica da Razão Negra* de Mbembe(2014).

intenção é encontrar pistas que nos oriente a lidar com os arquivos fragmentados e com essa imensa sombra a partir da reconstituição de narrativas. Para tal, nos serviremos da história por meio de um estilo de reflexão crítica, que nos permitirá exaltar uma metodologia afrodescendente, que apela aos desdobramentos históricos, mas sob a perspectiva de pensar um mundo capaz gerar dignidade e abundância para todos.

Como coroamento dessa missão, trago o trecho a seguir, extraído do primeiro capítulo do CRN, cujo título da passagem ao qual recorreremos é “Efabulação e enclausuramento do Espírito”, em que Mbembe faz o seguinte apontamento:

O Negro é de fato o elemento central que, ao mesmo tempo que permite criar, através da plantação uma das mais eficazes formas de acumulação de riqueza da época, acelera a implantação do capitalismo mercantil, do trabalho mecânico e do controle de trabalho subordinado. (...) A invenção do negro abrirá igualmente caminho a inovações fundamentais nos domínios de transporte, da produção, da comercialização e dos seguros. (Mbembe, 2014, p.43)

Este excerto é crucial para todo conjunto da obra, pois ele expõe o ponto alto das intenções que subsistem por detrás de todo processo de substantivação e, consequentemente, de toda prática da escravidão e colonialismo. Ao dizer que a invenção do negro abrirá caminho a inovações fundamentais, Mbembe expõe toda a trama, ampliando o enfoque para além das plantações, há também as atividades de mineração ocorridas especificamente no território brasileiro que merecessem uma devida atenção, neste contexto.

Importa aqui apontar que Mbembe expõe o quão dependente do tráfico negreiro foi o desenvolvimento da primeira etapa de implementação do sistema capitalista e, assim, ele traz ao tom o quão incisivo foram as condições deste processo para a formação do mundo moderno em que vivemos. Ou seja, a dependência da mão de obra escravizada é, afirmativamente, a espinha dorsal de estruturação do sistema que dominou o mundo ocidental, com vistas a dominar econômica e ideologicamente todo o mundo.

Esta brutal investida fora da Europa ficará conhecida pelo termo de colonização, ou imperialismo. Sendo uma das maneiras de a pretensão europeia ao domínio universal se manifestar, a colonização é uma forma de poder constituinte, na qual a relação com a terra, as populações e o território associa, de modo inédito na história da Humanidade, as três lógicas da raça, da burocracia e do negócio (*commercium*). Na ordem colonial a raça opera enquanto princípio do corpo político. A raça permite classificar os seres humanos em categorias distintas supostamente dotadas de características físicas e mentais específicas. A burocracia emerge como um dispositivo de dominação; já a rede que liga a morte e o negócio opera como matriz fulcral do poder. A Força passa a ser a lei e a lei tem por conteúdo a própria força. (Mbembe, 2014, P. 105)

Damos destaque neste instante para a associação, de modo inédito na história da humanidade, das três lógicas: a da raça, da burocracia e do negócio que, combinadas, consolidam a forma de poder constituinte da colonização. Este excerto faz o fechamento da introdução do nosso primeiro capítulo. Para o nosso horizonte investigativo, compreender a função da raça a partir das perspectivas do colonialismo é o panorama perfeito para missão filosófica que se segue.

Prosseguimos cientes deste dispositivo de dominação que é administrado por uma burocracia que permite classificar os seres humanos em categorias distintas e, portanto, que opera enquanto princípio do corpo político que se legitima, por fim, condicionado por uma rede que liga a morte ao negócio. Não seria mais impactante se ainda não fosse uma das formas europeias de pretensões ao domínio universal. Domínio que se manifesta pela força que se torna lei, que se torna força e que termina por se tornar morte.

2.1 Princípio de Raça

O Princípio de Raça, como apontado já de início, nos servirá como eixo dorsal para o desenvolvimento de nossa investigação. Para tanto, partimos de mais uma definição apresentada por Mbembe, desta vez em seu ensaio *As formas africanas de auto inscrição*, sobre o termo Raça. Segundo nosso autor,

Em primeiro plano, existe a noção de “raça” e seu status nas questões referentes ao reconhecimento dos atributos humanos. Na verdade, a maioria das teorias do século XIX estabelecia uma íntima relação entre o sujeito humano e o sujeito racial. A raça, em si, era entendida como um conjunto de propriedades fisiológicas visíveis e de características morais discerníveis. Considerava-se que estas propriedades e características distinguiam as espécies humanas umas das outras (cf. Kant, 1978). Mais ainda, tais propriedades fisiológicas e características morais tornavam possível classificar estas espécies dentro de uma hierarquia cujos violentos efeitos são de caráter tanto político, como econômico e cultural (ver Guiral e Temime, 1977). Como já foi dito, a classificação dominante durante o período do comércio escravista no Atlântico logo depois excluía os africanos do círculo da humanidade, ou, de qualquer forma, lhes designava um status inferior na hierarquia das raças. (Mbembe, 2001, p.12)

O princípio de Raça, como já apontado anteriormente, é o princípio da construção ontológica de identidades que engendra a dinâmica que estabelece os nexos da diferenciação, bem como, a substantivação das Raças – tornando-as essenciais, fixadas e naturalizadas. O excerto acima apresenta não só as considerações adotadas pelas teorias desenvolvidas ao longo do século XIX, que estabelece esta íntima relação entre o sujeito

humano e o sujeito racial, mas também os efeitos deste procedimento, que são de caráter tanto político, como econômico e cultural; cujo resultado final é a exclusão dos africanos do círculo da humanidade, ou ainda, sua determinação a um status inferior na hierarquia das raças.

A metodologia de investigação histórica aplicada por Mbembe permite-nos estabelecer intercessões entre um acontecimento e outro, que, por sua vez, tornam possível desenvolver uma análise crítica, pormenorizada, sobre os termos expostos como vestígios e que, de certa forma, nos autoriza a desvendar os ritos, ditos e mitos que compõem este arquivo. Este, quando acessado, dá forma a esse dispositivo que se instituiu pelo exercício e pela prática da submissão, depredação e exploração do corpo do outro, cujo parâmetro é estabelecido pelas lógicas dominantes já descritas.

Ressalta-se ainda que este dispositivo, através do poder da dominação, orchestra todas as instâncias de regência da vida. Assim, ele se torna o paradigma principal para as técnicas e práticas que se iniciam junto ao desenvolvimento da primeira etapa dos ideais da modernidade, atravessando o tempo e se perpetuando até os dias atuais. Trata-se do paradigma que determina as ações de todas as instâncias de poder, a saber, religiosas, científicas, políticas, jurídicas e, principalmente, econômicas.

Para melhor compreendermos este contexto, recorreremos a apontamentos de Mbembe, na tentativa de definir a noção de modernidade a partir de seu projeto filosófico, no interior do qual

A modernidade é, na realidade, outro nome para o projeto europeu de expansão sem limites que se desenvolveu a partir dos últimos anos do século XVIII. Uma das questões políticas mais importantes do final do século XVIII e do início do XIX é a expansão dos impérios coloniais europeus. No século XIX triunfa o imperialismo. Nesta época, graças ao desenvolvimento da técnica, as conquistas militares, ao comércio e à propagação da fé cristã, a Europa exerce sobre os outros povos pelo mundo fora uma autoridade totalmente despótica – uma espécie de poder que apenas se exerce para lá das suas fronteiras e sobre as pessoas com as quais se julga nada haver em comum. (Mbembe, 2014, p.101)

A partir deste apontamento, percebe-se claramente que a tônica de expor o projeto de dominação europeia permanece. Assentado em sociedades globais de maneira inquestionável, o triunfo do imperialismo no século XIX é demonstrado através do desenvolvimento das técnicas e práticas tanto militares, exercendo a força e a morte,

quanto do comércio, cujas mercadorias mais valiosas são seres humanos e, na sequência, os frutos do trabalho destes seres humanos, que por sua vez, são também mercadorias.

Como podemos ver no excerto a seguir, a questão toca até mesmo as raízes do pensamento europeu:

Esta questão da raça e da ausência de um destino comum ocupará um lugar cimeiro no pensamento político europeu durante meio século, até cerca de 1780. Influenciará profundamente reflexão de pensadores como Bentham, Burke, Kant, Diderot ou Condorcet. O liberalismo europeu é forjado paralelamente à expansão do império. É em torno desta expansão que o pensamento político liberal na Europa se vê confrontado com questões como o universalismo, os direitos da pessoa humana, a liberdade de trocas, a relação entre meios e fins, a comunidade nacional e a capacidade política, a justiça internacional e, inclusive, a natureza das relações da Europa com os mundos extra-europeus, a relação com um governo despótico fora das suas fronteiras e um governo representativo responsável dentro do país. (Mbembe, 2014, p.102)

O excerto acima aponta o jogo duplo estabelecido a partir da questão da raça dentro do pensamento político europeu, que influencia inclusive pensadores consagrados do cânone filosófico, ao qual o próprio Kant se faz presente. Como Mbembe descreve, há uma problematização entorno da temática da raça que culmina com uma fixação da diferença. Temos que dar a devida atenção ao ponto em que ele expõe que o liberalismo europeu foi forjado paralelamente à expansão do império e que, no entanto, o lugar cimeiro do pensamento do período é a ausência de um destino comum para as diferentes raças que compõem a humanidade.

Nos pontos em que estes se veem confrontados é que surgem as maiores disparidades. As questões de fundamentação mais profunda do pensamento dão alicerce para a construção de narrativas e discursos que tratam de questões definidoras como o universalismo, os direitos da pessoa humana, a liberdade de trocas, a relação entre meios e fins, dentre outros aspectos que, por fim, nos autoriza a afirmar que o pensamento político liberal europeu é aquele que orienta as estruturas para o estabelecimento dos sistemas de dominação e de poder em questão. Desta forma, participar do programa filosófico de Mbembe é operar o desmanche desses alicerces que fundamentam narrativas de dominação.

Isso é o que constatamos ao acompanhar Mbembe extrapolar a narrativa oficial. Ao fazer isso, ele lança luz sobre trechos da história que, detalhados em minúcia, expõem as condições de forja destas circunstâncias de existência que se constituem sob fogo voraz do racismo. Ele é capaz de expor as facetas e artimanhas, os instintos e atos de covardia,

crueldade e ganância envoltos nos jogos de subestimação do outro. O ímpeto de ser deste movimento de conquista, saque e dominação, de forma pandêmica se espalha através dos europeus por todos os continentes, a partir, principalmente, do século XVIII.

Importa-nos nesta investigação saber quais foram as formas de inscrição cunhadas a partir deste instante histórico e sob este parâmetro de pensamento. Quais foram seus propósitos e consequências e, ainda, como se dá a criação deste ideal de ser humano, em caráter restrito e definitivo, que é transmutado em uma via de regra – baliza de mediação de todas as formas de se relacionar consigo, com os outros e, ainda, com o mundo?

Resta ainda saber quando a reflexão crítica de Mbembe desvela os processos de construção das fábulas e ficções que, por terem sido várias vezes afirmadas, foram, por fim, tomadas como verdades. Trata-se de trazer à tona os vestígios que denotam e conotam as formas de identidades forjadas a partir do princípio de raça, pelo pensamento colonizador europeu em sua tentativa de dominação, de forma irrestrita, de todos os territórios do planeta. Mbembe, ao evocar Fanon, traz à baía mais uma vez a condição de invenção do Negro, desta vez, para apontar que

Frantz Fanon tem, no entanto, razão, ao sugerir que o negro era uma figura ou ainda um “objeto” inventado pelo branco e fixado, como tal, pelo seu olhar, pelos seus gestos e atitudes, tendo sido tecido enquanto e através de mil pormenores, anedotas e relato. Deveríamos acrescentar que por sua vez, o Branco é, a vários respeitos, uma fantasia de imaginação europeia que o ocidente se esforçou por naturalizar e universalizar. O próprio Negro não existe mais do que o Branco. Na realidade não existe propriamente nenhum ser humano cuja a cor da pele seja stricto sensu, branca – pelo menos, no sentido em que falamos do branco do papel, do giz, do lençol ou da cal. Mas se estas duas categorias remetem afinal para um vazio, como é que este vazio e nesta circunstância a fantasia do branco ganha força?

Nas colônias de povoamento, por exemplo, dos Estados Unidos, o Branco é uma categoria racial parcialmente construída do cruzamento entre o direito e os regimes que praticam a extorsão da força de trabalho. (Mbembe, 2014, p.84)

Fanon surgirá na obra de Mbembe como um grande baluarte, ele é responsável, como já exposto pelo próprio Mbembe, por lhe provocar as mais profundas reflexões acerca de aspectos psicanalíticos que fundam os jogos de dominação, tornando-se assim um grande aporte para o desenvolvimento de sua perspectiva crítica, principalmente, sobre os problemas referentes a substantivação das identidades provocados pelo colonialismo. Antes de avançarmos, é importante destacar o apontamento de um detalhe, trata-se da definição da ideia de Branco enquanto uma categoria racial legitimada pela interseção de privilégios

de direitos e extorsão da força do trabalho alheio. Aqui, entre mil pormenores, podemos dizer que se cruzarmos essa definição com as definições atribuídas à ideia de sujeito humano veremos uma total consonância.

Cientes dos desdobramentos naturais à densidade do tema, manteremos aqui o foco projetando nossa atenção sobre a ideia de Raça Negra. Isso porque na medida em que avançamos e compreendemos que é sob os mecanismos de conceituação da Raça Negra que reside o procedimento de forja da ideia de outro, sem a qual, dentro do sistema em estudo, é inconcebível a construção de referência de representação do sujeito. Nossa intenção é perseguir as circunstâncias que possibilitam a construção da ideia de sujeito, ao qual, como pudemos analisar a partir da contribuição de Fanon, só é concebível a partir da forja da identidade do outro. Enfatizando: é na extorsão do outro que se firma e estabelece a possibilidade de ser do sujeito.

Eis o escopo da fábula que dá condição discursiva para a sistematização do princípio de raça, bem como, o elemento-chave, que torna possível a problematização em torno da ideia de reinvenção do sujeito, uma vez que compreendemos que a determinação das formas de inscrições, como também as regras e práticas outorgadas por este princípio, determinam a condição de existir do sujeito no mundo. Para tanto, faz-se necessário lidarmos, neste instante, com a forja do outro.

2.2 A Raça Negra e a forja do outro.

Neste ponto da investigação empreendida até o momento, necessitamos trazer ao debate elementos reflexivos cujo conteúdo vem à tona em forma de denúncia, fator que nos provocará e, pela provocação, nos permitirá transpor a visão paradigmática imposta pelo princípio de raça.

Assim, trazemos ao questionamento aqui proposto, um trecho significativo do CRN, no qual Mbembe nos aponta a seguinte situação:

É possível ficar impressionado com o recurso ao conceito de raça, pelo ao menos como temos vindo a traçá-lo. Antes de mais, a raça não existe enquanto facto natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja a função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verossímeis – a luta de

classes ou de sexos, por exemplo. Em muitos casos, é uma figura autônoma do real, cuja a força e intensidade podem explicar-se pelo caráter extremamente móvel, inconstante e caprichoso. Aliás, ainda há bem pouco tempo, a ordem do mundo fundava-se num dualismo inaugural que encontrava parte de suas justificações no velho mito da superioridade racial. Na sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar o seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, o país natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade. Sendo o bairro mais civilizado do mundo, só o ocidente inventou um “direito das gentes”. Só ele conseguiu edificar uma sociedade civil das nações compreendida como um espaço público de reciprocidade do direito. Só ele deu origem a uma ideia de ser humano com direitos civis e políticos, permitindo-lhe desenvolver os seus poderes privados e públicos como pessoa, como cidadão pertencente ao gênero humano e, enquanto tal, preocupado com tudo o que é humano. Só ele codificou um rol de costumes, aceites por diferentes povos, que abrangem os rituais diplomáticos, as leis de guerra, os direitos de conquista, a moral pública e as boas maneiras, as técnicas do comércio, da religião e do governo. (Mbembe, 2014, p.27)

Estas provocações de Mbembe manifestam um impacto profundo inerente ao seu posicionamento teórico. Tais colocações possuem, nesse contexto, um tom de desafio, exatamente por se tratar de uma abordagem num profícuo tom de denúncia. Denúncia do caráter ficcional que envolve o conceito promulgado nos discursos sociais, denuncia de o fato da raça não existir enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. Denúncia de uma construção fantasista que serve de desvio para a atenção de outras questões estruturais que formatam os paradigmas sociais. Vemos aqui a debilidade conceitual que se aprofunda a partir desse princípio, ao qual nos ateremos aos seus pontos frágeis.

Numa leitura afetadamente atenta deste posicionamento, perceberemos uma série de fatores que nos permitirão endossar nosso percurso reflexivo. Trata-se de um movimento de desvelamento que, de pronto, expõe e desconstrói o conceito de raça. É notório seu propósito de tornar explícito, de antemão, que o que é estabelecido, a partir desse conceito, não existe e que, portanto, as definições que são estabelecidas a partir dele não passam de uma ficção útil a interesses ideológicos já conhecidos.

A análise mais importante nesse instante é do trecho em que ele expõe a ávida necessidade do hemisfério ocidental de mitos de fundamentação de poder. Importa aqui perceber os apontamentos do que se alumia ao fogo da crítica, por exemplo, quando é exposto a autoria da ideia de ser humano com direitos civis e políticos – fato que já havíamos apontado anteriormente – direitos tais que permitiram-lhe desenvolver seus poderes públicos e privados como pessoa, como cidadão, pertencente ao gênero humano e, enquanto tal, preocupado com tudo que é humano.

Faz-se necessário aqui se atentar para uma questão chave: a forja do outro torna-se necessária aos projetos de dominação, na medida em que se estabelece as condições fundamentais para promover – a partir deste outro – a manifestação da existência objetiva: esse é o caso que ocorrerá, como já dito, com o território que será denominado de África, no geral, e com o sujeito que será denominado negro, no particular.

Aliás, o negro sempre foi por excelência nome de escravo – homem-metal, homem-mercadoria e homem-moeda. Complexo escravagista atlântico, no centro do qual se encontra o sistema de plantação na Caraíbas, no Brasil ou nos Estados Unidos, foi um canal expresso para a constituição do capitalismo moderno. Este complexo atlântico não produziria o mesmo tipo de sociedade nem de escravos que o complexo islâmico-transariano, nem o complexo que ligou África ao mundo Índico. Se algo distingue os regimes de escravatura transatlântica das formas autóctones de escravatura nas sociedades africanas pré-coloniais, é precisamente o facto de estes nunca terem extraído dos seus cativos uma mais-valia comparável à que se obteve no Novo Mundo. O escravo de origem africana no Novo Mundo representa assim uma figura relativamente singular de negro, pela particularidade de ser uma engrenagem essencial de um processo de acumulação à escala mundial. (Mbembe, 2014, p.89)

Como podemos observar, o significante Negro, desde o seu surgimento, aponta por excelência o nome de escravo. Isto quer dizer que desde que o termo Negro foi utilizado pela primeira vez, o foi feito para determinar o homem-metal, homem-mercadoria, homem-moeda, alguém que seria passível de ser objeto de compra e venda. O complexo escravagista do atlântico foi o sistema de comércio que constituiu o capitalismo moderno. Diferente de outras experiências escravistas da história humana, como, por exemplo, das sociedades africanas pré-coloniais, a experiência escravagista do Novo Mundo representa um modelo estrutural relativamente singular. Trata-se de uma engrenagem essencial e especial de funcionamento para acumulação de riquezas, que se desdobra em escala mundial.

Seguindo a mesma toada, no segundo capítulo do ensaio CRN, intitulado *o Poço da alucinação*, Mbembe nos apresenta o instante de surgimento do termo Negro, o qual é usado, primeiramente, como registro no século XVI, mas que somente no XVIII, no auge do tráfico negreiro, é que ganha uso corrente. Fato que culmina com o instante em que é necessário estabelecer a representação deste ser “outro”. Ser outro que será personificado no sujeito africano como sujeito racial: o sujeito de pele escura que, a partir deste instante,

será transmutado e apontado como o homem-metal – homem-mercadoria. Ainda segundo Mbembe,

Será entre 1630 e 1680 que se dá a bifurcação. Data desta época o verdadeiro nascimento da sociedade de plantações. O princípio de escravatura perpétua das pessoas de origem africana estigmatizada pela sua cor vai sendo progressivamente a regra. Os Africanos e seus progenitores tornam-se escravos perpétuos. As distinções entre servos brancos e escravos negros afirmam-se de forma clara. A plantação transforma-se gradualmente numa instituição econômica, disciplinar e penal. Os negros e seus descendentes serão, desde então, comprados para sempre. (Mbembe, 2014, p. 33)

O ser humano que é nominado negro é transformado na substância mais valiosa, no advento de implementação da modernidade. O único de todos os seres humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria, sem a qual seria impossível a realização da primeira etapa do capitalismo e, conseqüentemente, sem a qual não haveria a força motriz para dar condições materiais e conceituais às realizações necessárias para a consolidação do já descrito ímpeto de ser e consolidação do mundo moderno.

Em um percurso guiado por Mbembe, faz-se necessário mapear esse tipo de vestígio. O ensaio CRN, texto central dessa investigação, possui uma narrativa constelar, por meio da qual o pensador nos conduz, de forma dinâmica e panorâmica, em diferentes momentos da história. Ele é um sábio africano capaz de construir, a partir de fragmentos, elipses de temporalidades que concatenam e elucidam os acontecimentos de onde surtem uma série de questões, dentre elas as aplicações deste pensamento racial nos procedimentos de formação do Novo Mundo, bem como sua extensão e conseqüências ao longo dos tempos e sobre os territórios. Portanto, compreender o instante do surgimento e uso do termo negro, e ainda, ter a nítida percepção de que ele surge com a função de referir-se a alguém que é comercializado, é uma das chaves centrais de nossa reflexão.

2.3 O Conceito de Sujeito

Feita a base, recobramos agora tessituras e tramas necessárias para a invenção do conceito de sujeito. Como pudemos notar no percurso até aqui, este processo de conceituação é um procedimento de determinação do destino da humanidade, que se sustem há pelo menos trezentos anos. A substantivação – procedimento na qual torna-se

fixa uma ideia, lembrando que é uma ideia acordada em sociedades - cria um sistema de regras e práticas para a sua institucionalização.

O Grande nervo deste projeto imperial é a diferença racial, que se incorpora em disciplinas como etnologia, a Geografia, ou a Missionologia. Por seu lado, o tema da diferença racial normaliza-se na cultura de massas através do estabelecimento das instituições como museus e jardins zoológicos humanos, publicidades, literatura, artes, constituições de arquivos, disseminação de narrativas fantásticas reportadas pela imprensa popular (caso do *Journal ILLUSTRÉ*, de *L'Illustration*, do *Tour du Monde*, dos suplementos ilustrados do *Petit Journal* e do *Petit Parisien*) e a realização de exposições internacionais.

Várias gerações de franceses foram expostas a esta pedagogia que os acostumou ao racismo. E parte essencialmente, do princípio segundo o qual a relação com os negros é uma relação sem reciprocidade. E tal não-reciprocidade justifica-se pela diferença de qualidade entre as raças. O tema da diferença de qualidade entre as raças é assim inseparável da antiga temática de sangue, que sabemos ter sido utilizada antes para assegurar os privilégios da nobreza. Desta vez, a sua prorrogação virá pelo projeto colonial. (Mbembe, 2014, p.118)

Exposto o nervo do projeto imperial que possui, efetivamente, a diferença racial como espinha dorsal, há um elemento fundamental a ser destacado: o conceito de identidade. Aqui, Mbembe utiliza a França como estudo de caso onde as disciplinas escolares, o estabelecimento de instituições como museus e jardins zoológicos humanos, publicidades, literatura, artes e mais uma série de outras vias são utilizadas para que se construa uma concepção de identidade pautada pela relação de não-reciprocidade, que se justifica pela diferença de qualidade entre raças. Indo além, relaciona-se à diferença da qualidade entre raças com a questão sanguínea, mesmo recurso utilizado outrora pela nobreza.

O conceito de identidade merece destaque pois abriga, exatamente, as mesmas definições que são estabelecidas a partir do princípio de raça. Como já exposto anteriormente, assumimos, assim como Mbembe (2014,p.28) , que “a construção da ideia de ser humano com direitos civis e políticos, direitos tais, que permitiram-lhe desenvolver seus poderes públicos e privados como pessoa, como cidadão pertencente ao gênero humano e, enquanto tal, preocupado com tudo que é humano”. Isso só é possível quando se estabelece uma forma de identificar estes seres humanos e assim também o que é diferente de si. Nas páginas introdutórias do CRN, como princípio de conversa, Mbembe introduz a seguinte questão:

Para apreender com mais exatidão a importância desses perigos e possibilidades não é de mais recordar que, de uma à outra ponta da sua história, o pensamento europeu sempre teve tendência para abordar a identidade não em termo de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do

mesmo ao mesmo, de surgimento do ser da sua manifestação no seu ser primeiro ou ainda, no seu próprio espelho. Em contrapartida, interessa compreender que, como consequência direta dessa lógica de autoficção, autocontemplação e, sobretudo, de enclausuramento, o Negro e a raça têm significado, para os imaginários das sociedades europeias, a mesma coisa. Designações primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, símbolo de intensidade crua e de repulsa, a sua aparição no saber e no discurso moderno sobre o homem (e por consequência sobre o humanismo e a Humanidade) foi, se não simultâneo, pelo ao menos paralelo; e desde o início do século XVIII, constituiu, no conjunto, o subsolo (inconfessado e muitas vezes negado), ou melhor, o núcleo complexo a partir do qual o projeto moderno de conhecimento – mas também de governação – se difundiu. (Mbembe, 2014, p.10)

Não avançaremos antes de pontuar o panorama destas complexidades históricas. Já é sabido que, no início do século XVIII, constituiu-se um núcleo complexo de pensamento a partir do qual o projeto moderno de conhecimento e também de governação se difundiu pelo mundo, bem como a aparição do saber e do discurso moderno sobre o homem, além dos termos Negro e raça sob os mesmos significados, cujas designações são pesadas, perturbadoras e desequilibradas, representando, por fim, o símbolo acabado da intensidade crua e da repulsa. Este é o mesmo momento em que, paralelamente, se estabelece o subsolo inconfessado e, muitas vezes, negado do racismo.

Retorna aqui uma grande questão, o fato de que, de uma a outra ponta da sua história, o pensamento europeu tenha tido uma imensa dificuldade em abordar a identidade em termos de pertença mútua, ou seja, factualmente os europeus não reconhecem que todos os seres humanos fazem parte de uma mesma humanidade. Assim sendo, é fácil perceber que, ao estabelecer o conceito de sujeito, estabelece-se também uma forma de identificar o ser humano proveniente do continente europeu e, portanto, como não-sujeito os demais seres humanos pertencentes a outros territórios.

Neste sentido, um apontamento teórico de Fanon sob crivo de Mbembe aquece o debate: quando ele aponta o termo Branco, conceituando-o como uma categoria racial parcialmente constituída do cruzamento entre o direito a privilégios e os regimes políticos e de governança que praticam a extorsão da força de trabalho alheio. A esta altura nesta trajetória de análises, nosso propósito maior apresenta-se vivificante: traçar uma investigação que se guia pela possibilidade pulsante de descolonização das disposições psíquicas e morais que assim se somam à necessidade de reinvenção. Para tanto, só podemos pensar em reinvenção de algo, se compreendermos sua origem e processo de formação.

É justamente este amalgama efetuado pela metodologia filosófica desenvolvida por Achille Mbembe que nos permitem lidar com genealogias de questões que atravessam o nosso tempo, dado que esse pensador se serve da história para propor um estilo de reflexão crítica sobre as próprias interseções da e na história das humanidades. Nesta perspectiva, faz-se necessário diagnosticar para espelhar ou confrontar e, por fim, apontar as lacunas, debilidades e/ou caduquices teóricas e conceituais dessa estrutura que é mantenedora dos paradigmas raciais que se sustentam até hoje e que, no entanto, é o nosso objeto de estudo. Percorrer sua obra nos dá condições de refletir sobre diásporas em seu caráter ontológico a partir de um novo realce, que possuí por si um prisma que nos habilita a perceber outras texturas da formação da sociedade ocidental.

Sob sua influência, o propósito deste trabalho está para além de somente demonstrar se o termo negro é ou não uma construção histórica – fruto de um processo de substantivação de uma identidade forjada – ou seja, mais que apontar os acontecimentos dos últimos três séculos, nosso esforço filosófico é compreender se há uma saída. Compreender se há possibilidades de encontrar vestígios que, além de nos permitir visualizar o problema, nos permita, também, acessar outras possibilidades de narrativa histórica. No entanto, como veremos, este caminho possui muitos obstáculos, e o esforço maior torna-se, assim, o ímpeto de encontrar meios de superá-los.

2.4 Reinvenção do Sujeito

Vimos que o problema fulcral passa de fato pela institucionalização do princípio de raça, enquanto dispositivo discursivo regulador de identidade, cristalizando-a enquanto substância, tornando-a, assim, um objeto manipulável, que suporta em si uma forma espectral, que se estabelece pela divisão e ênfase da diferença humana. A partir daí, as instituições que detém o poder sobre a vida e a morte são mobilizadas para estigmatizar, excluir, segregar e, em última instância, eliminar, melhor dizendo, destruir fisicamente determinado grupo humano. Este é o cenário que confira a urgência necessária para se aceitar o compromisso ético de se rever e superar, radicalmente, a identidade.

Aqui é justo demonstrar que, pela primeira vez na história, o nome Negro extrapola o tipo de corpo condicionado e alvo dos primórdios da forja do princípio de raça. Como já dito,

repetidas vezes, nos últimos trezentos anos, os regulamentos, estatutos e práticas regidas pelas fabulações construídas a partir do princípio de raça foram lapidados, aprimorados e sofisticados pelo pensamento racial europeu e podemos aqui afirmar que houve uma sofisticação de sua forma de aplicação. Vem daí a urgência do nosso tempo reafirmada em CRN, já que para Mbembe,

Pela primeira vez na história humana, o nome Negro, deixa de remeter unicamente para a condição de genes de origem africana, durante o primeiro capitalismo (predações de toda espécie, desapossamentos da autodeterminação e, sobretudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A esse novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e a sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro no mundo. (Mbembe, 2014, p. 18)

Nosso trajeto nestes estudo passa pelo compromisso epistemológico de compreender este “novo caráter descartável, solúvel e sua institucionalização enquanto padrão de vida e sua generalização ao mundo inteiro”. Realçamos então este posicionamento como o mote de investigação, o eixo central do *pathos* filosófico em torno da qual orbita a *Crítica da razão negra*.

Tal mote conecta-se a uma proposição já traçada: quando se institui o conceito de Negro, institui -se também o gesto de se referir a alguém que é comercializado/comercializável. Compreender a ideia de devir-negro, inserida nos processos de metamorfoses, das formas de inscrição do sujeito e também sobre as metamorfoses sofridas pelo substantivo de Negro, torna-se, então, a chave central dessa investigação. A investigação histórica e o propósito de reinvenção são duas bases bem definidas nesse processo de exercício crítico, servindo-nos como instrumentos teóricos para observar e refletir sobre muitos aspectos e, ainda mais, sobre o que estamos vivendo, neste exato momento de existência.

Tudo isso na medida em que analisamos e participamos da ocorrência dos acontecimentos históricos. Trata-se de lidar com esse fluxo em espiral do tempo, que ora expõe, ora oculta, os vestígios. Neste sentido, a investigação histórica torna-se o procedimento para identificar os problemas a partir do presente e criar ilações capazes de nos conduzir a um exercício de construção de possibilidades para reinvenção da ideia de um possível futuro. Diante da apreensão dessa metodologia crítica, ímpeto que nos conduziu até este ponto, como um fio de Ariadne, o conceito de Negro deixa de se referir ao tom de pele e se transpõem a toda massa da humanidade subalternizada.

É valioso aqui compreender o quanto aquilo que se aplicava a uma raça específica extrapola a ideia de se pensar em somente um grupo humano ou classe, tornando-se assim aplicável a toda humanidade disponível, melhor dizendo, aos grupos assujeitados cuja a vida é tratada de modo descartável; aos seres subjugados a um estado de vida de precariedades, tratados como objetos inúteis e não merecedores de luto; que podem ser transformados em corpos de extração e, no limite, eliminados. Eis o devir-negro no mundo, eis a necropolítica³.

Diante de tudo isso, o que nos resta? Sendo mais cirúrgico, como podemos compreender os impactos destas circunstâncias de subjugação, uma vez que tudo produzido até agora sobre este assunto é produzido em primeira instância para nos silenciar? Como aponta Mbembe, faz-se necessário buscar formas de romper com o sonho vazio do velho modo de pensar. Para tanto, mapear vestígios, que é por sua vez um trabalho genealógico, permite-nos desenvolver esse exercício de pensamento crítico, ao qual, mais que descobrir a origem necessária das ideias, importa investigar os fragmentos históricos para expor os desdobramentos dos processos de formação e sua institucionalização.

Assim sendo, o propósito a partir daqui é buscar caminhos que permitam outras possibilidades de coexistência. Procurar formas de reinvenção através da contemplação do passado e do futuro, além de vasculhar os arquivos à procura de vestígios que nos permitam lidar com discursos e narrativas que guardam o irrevelado. Trata-se de encontrar formas de ler o que ainda não foi escrito e ainda de compreender que tudo que está instituído foi inventado em algum momento. Atentando-se a este detalhe, veremos que tudo o que em algum momento foi instituído possui condições de, em algum momento, ser recriado. Eis a transitoriedade que nos atravessa.

Com vista ao fim deste capítulo, resta-nos trazer um trecho do epílogo do CRN, cujo título é: *existe apenas um mundo*. Um trecho que nos remete a um tom de parábola, envolvendo-nos em uma performance forte o suficiente para que possamos imaginar os primeiros gestos dos africanos antigos. Aqui sentimos pulsar o profundo propósito da investigação que passa por

³Aqui fazemos menção ao pequeno ensaio de Mbembe no qual ele faz referência ao conceito de biopolítica de Foucault e analisa as condições contemporâneas que substituíram a política de “fazer viver e deixar morrer” em nome de um suposto direito de matar, justificando a necessidade de cunhagem do conceito de necropolítica. Ver. MBEMBE, 2016. Apesar de reconhecermos a importância de um eventual desdobramento de nossa investigação no sentido de ampliarmos nossa análise crítica sobre os territórios e subjetividades sobre os quais parecem incidir o direito de matar, não teríamos como avançar nessa direção sem comprometer o recorte necessário à realização da presente pesquisa.

estabelecer um novo princípio, uma nova perspectiva de construção de narrativas, ao almejar formas de reestabelecer a vida:

Na África de outrora, o sinal da epifania que é a humanidade era a semente que lança à terra, que morre, renasce e produz tanto a árvore, o fruto, como a vida. Foi em grande parte para celebrar as núpcias entre a semente e a vida que os Africanos antigos inventaram a fala e a linguagem, objetos e técnicas, cerimônias e rituais, obras de arte e, até instituições políticas e sociais. A semente produz a vida num ambiente frágil e hostil, no seio do qual a humanidade encontra trabalho e descanso, mas que ela também deve proteger. Esse ambiente tinha, regularmente, necessidade de ser restaurado. A maior parte dos saberes vernaculares servia apenas para este labor interminável de restauração. Era do conhecimento geral que a natureza constituía uma força em si. Era impossível moldá-la, transformá-la ou dominá-la, se não estivesse em sintonia com ela. No entanto esta dupla tarefa de transformação e de regeneração participava de um conjunto cosmológico cuja função era consolidar cada vez mais o campo de relação entre os seres humanos e os outros seres vivos com os quais eles partilham o mundo. (Mbembe, 2014, p. 301)

Nessa passagem, Mbembe constrói um espelhamento entre o sinal de epifania, que é a humanidade, e a semente. Esta, após morrer ao ser lançada a terra, renasce como árvore, fruto e vida. Há nesta construção uma força muito expressiva, principalmente por fazer referência a África pré-colonial. Esse trecho nos remete a uma profunda sabedoria, mais precisamente, a uma visão, até mesmo, paradisíaca e não sem sentido, se compreendemos que os primeiros seres humanos surgiram no território que será, posteriormente, denominado como África.

Portanto, aqui arriscamos a dizer que a cenografia descrita por Mbembe é possível em nossos imaginários. Ela é tão possível mesmo porque a maior parte dos saberes antigos surgiram em primeira instância para a prática permanente dessa relação de restauração com a natureza. De fato, era de conhecimento geral que a natureza era uma força em si e, sendo assim, seria impossível relacionar-se com ela sem respeitá-la e que, por fim, essa relação de morte e renascimento é parte de um conjunto cosmológico de partilha do mundo, ao qual se integra não só os humanos, mas de todos os seres vivos.

Encerramos o capítulo convictos de que celebrar a estadia neste planeta torna-se possível a partir da relação da semente com a vida. Reconhecemos a esperança pulsante de vida quando se observa um broto germinando, assim como nossos ancestrais Africanos, que, em sintonia com o cosmos, cocriaram tecnologias necessárias para tornar possível a existência humana aqui na Terra, ou seja, desenvolveram a fala que desenvolveu a linguagem, que permitiu a realização das cerimônias e os rituais, a criação das obras de arte e, até mesmo, a

criação das instituições políticas e sociais. Para visualizarmos isso, basta observarmos os antigos reinos da Núbia e o desenvolvimento do antigo Egito, Kemet. Observadas as sutilezas das materialidades discursivas ainda vivas no espaço, perceberemos um convite que nos conduz à reconexão com este trabalho de restauração, trabalho de reconexão e respeito com a natureza, representada em cada ser vivo que habita este planeta.

3 A fantasmagoria do Eu: sujeito negro, sujeito africano, sujeito

Após desvelarmos os procedimentos necessários tanto para a institucionalização do princípio de raça, quanto para a invenção da ideia de sujeito, a partir da abordagem sobre as metamorfoses sofridas pelo conceito de Negro ao longo do processo de formação do mundo moderno, cabe-nos a missão de prosseguirmos no trabalho de escavações investigativas sobre as implicações desses termos nos processos produção de subjetividades. Acreditamos ser esta a rota em espiral adequada para compreendermos as consequências existenciais da substantivação de identidades.

Como já suscitado anteriormente, nossa voz se soma ao coro: precisamos buscar formas de romper com o sonho vazio do velho modo de pensar, com vistas a um novo princípio que se guie pela busca latente do reestabelecimento da vida. A constatação do devir-negro no mundo – momento em que o conceito de Negro torna-se extensivo a toda humanidade disponível – configura-se para nós como uma espécie de grande farol reflexivo que ilumina nosso entendimento sobre os critérios de classificação dos seres humanos, segundo interesses mantidos pelos desejos de dominação.

Em nosso segundo capítulo, o intuito é compreendermos como foi possível, através do processo de substantivação, criar uma espécie de “jaula conceitual” no interior da qual os seres humanos provenientes deste território que será denominado África serão os primeiros a sentirem seus espíritos aprisionados. Com a mesma intensidade com que Mbembe evoca as percepções psicanalíticas de Fanon, nossa intenção nessa nova etapa é lidar com os condicionamentos subjetivos impostos pela substantivação do sujeito racial, que será denominado como Negro e que, ao ser assim denominado, passa a ser fixado a partir de olhares, gestos e atitudes.

As experiências enjauladas assentam-se de alguma forma em linguagens. É então o uso da linguagem que promove uma espécie de aprisionamento na qual a humanidade destes seres humanos é enclausurada sob pele e ali cifrada à ferro e fogo. Seres que serão a partir daí aportados e predicados como objeto e então se tornarão privados da sua possibilidade de ser, melhor dizendo, serão destituídos da moral e da razão e, por fim, excluídos do ciclo da humanidade, ou ainda, enquadrados em uma categoria de raça inferior.

Sob essa clausura operada em gradações na vida destes sujeitos é que se encontra a condição de *ser humano* que desejamos acessar. Nessa condição, acreditamos encontrar novos vestígios que testemunham essa existência, bem como outras possibilidades de saída que possam ser somadas ao movimento de reestabelecimento da vida. Neste ponto, o exercício é analisar criticamente as formas de representação da identidade e as problemáticas que surgem como efeito, sobretudo psicológico, sobre aquele que é nomeado como Negro.

Cabe aqui enfatizar que se trata de lidar com esta “jaula” que, para nós, é a mesma onde, a partir do devir-negro, toda a humanidade subalternizada tem permanecido sob as custas da ilusão da modernidade. Como já sabemos, desde os primórdios da época moderna – das grandes navegações junto à implementação do capitalismo mercantil e, também, da propagação dos ideais iluministas – vivencia-se uma crise racial aguda que sempre vem à tona toda vez em que abordamos – enquanto objetos do discurso e do conhecimento – os conceitos de África e de Negro.

Crise que aparece nos mais diversos contextos estruturais da sociedade moderna e que se explicita na medida em que investigamos a forma como se estabeleceu tanto a teoria que dá

razão a tal denominação, quanto os estatutos que são elaborados a partir daí. Como exemplo, podemos pontuar tanto o estatuto do escravo como também as funções atribuídas aos signos ou às formas em que suas representações se manifestam. Em sintonia com Mbembe, estamos convictos de que,

Enquanto objetos do discurso e objetos do conhecimento, a África e o negro têm, desde o início da época moderna, mergulhado numa crise aguda, quer a teoria do nome quer o estatuto e a função do signo e representação. Aconteceu o mesmo com as relações entre ser e aparência, a verdade e o falso, a razão e a desrazão, até a linguagem e a vida. De fato, sempre que a problemática passa por Negros e África, a razão, arruinada e esvaziada, não consegue deixar de andar as voltas sobre si mesma e, muitas vezes, perde-se num espaço aparentemente inacessível, no qual, aniquilada a linguagem, as próprias palavras deixaram de ter memória. (Mbembe, 2014, p.30)

O despertar para essa visão se dá em um ambiente de vertigem, no qual a crise aguda é manifesta a partir de uma razão arruinada que se perde em si, em um espaço que se demonstra como inacessível, no qual a linguagem foi aniquilada e as palavras perderam sua memória. No entanto, para além desse espaço, nos interessa ainda mais observar o movimento, o deslocamento dessa razão perdida que vagueia às voltas sobre si mesma e assim se expõe. Ela se expõe enquanto crise anunciada e se estabelece nestas condições. Como podemos perceber, há na ideia de raça uma permanente sensação labiríntica, na qual sempre se tende à possibilidade de se perder.

O propósito do exercício filosófico aqui proposto é criar condições para que possamos, a partir do arcabouço reunido, analisar criticamente essas circunstâncias e assim contribuir com a prática da reflexão crítica mobilizada em nós por Mbembe. Na medida em que expomos este ser que está neste espaço aprisionado e que, em diferentes momentos históricos, se move em busca de pontos de fuga, eis que expomos também o ambiente condicionante em que, desde o primeiro instante, este ser humano de pele escura está enclausurado; ele está em busca de se compreender enquanto ser, mesmo com sua humanidade aprisionada sob a pele, mesmo cifrado a ferro e fogo sob o julgo do estigma do objetal. “Ao qual, para fundamentar sua submissão, alega-se que é escravo por natureza, e assim, um inimigo” (Mbembe, 2014, p.101).

Um ponto de referência epistemológica já apontada para enfatizar a relevância da ideia de Raça nesta trajetória filosófica, recuperemos as seguintes considerações de Mbembe:

Por esse termo ambíguo e polêmico, designamos várias coisas ao mesmo tempo: imagens do saber; um modelo de exploração e depredação; um paradigma da submissão e das modalidades de sua superação, e por fim, um complexo psiconírico. Essa espécie de enorme jaula, na verdade uma complexa rede de desdobramentos, de incertezas e de equívocos, tem a raça como enquadramento.

Só nos é possível falar de raça (ou do racismo), numa linguagem totalmente imperfeita, dúbia, diria até desadequada. Por ora, bastará dizer que é uma forma de representação primária. Não sabendo de todo distinguir entre o que está dentro e o que está fora, os invólucros e os conteúdos, ela remete, antes de mais, para os simulacros de superfície.

Se aprofundarmos a questão, a raça será um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas de pensamento e terror, mas sobretudo de infinitos sofrimento e, eventualmente, de catástrofes. Na sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da nevrose fóbica, obsessiva e, por ventura, histérica. (Mbembe, 2014, p.25)

Assim como o excerto anterior, esse também nos tenciona ao entendimento. Em síntese, o campo semântico que reveste a imagem dessa enorme jaula joga com os limites da conotação e da denotação, escapando aos domínios da metáfora sugerida, já que revela rede complexa de desdobramentos sociodiscursivos. Rede que se manifesta como um complexo psiconírico, que facilmente podemos traduzir como um complexo perverso, nos termos de Mbembe; fantasmagórico, a ponto de gerar medos e tormentos, transtornos de pensamento e de terror. Sobretudo, ela enreda permanentemente efeitos psicológicos mantenedores de infinitos sofrimentos que, por fim, se desdobram, eventualmente, em diferentes níveis de catástrofes, sejam elas individuais ou coletivas.

Para compreendermos melhor este mecanismo de violência psíquica, um primeiro passo é observamos que, no processo de substantivação do conceito, sempre haverá um deslocamento de sentido das definições. O intuito deste é realizar uma constante manutenção das formas de inscrição, a partir das quais se desenvolve uma rede complexa de desdobramentos perversos, que se mantêm nos espaços, emaranhada nas estruturas e instituições, avançando sobre o tempo, entranhadas nas narrativas e nos discursos.

Entendemos que uma vez institucionalizado o princípio de Raça, sempre haverá um contínuo processo de restituição, reconfiguração, readaptação, tanto dos discursos, quanto das narrativas, das leis, das regras, normas e costumes, nos gestos, cujo intuito sempre será, exclusivamente, a manutenção dos critérios de classificação de identidades e legitimação de espaços de poder, e, ainda sim, sobre égide e regência do princípio de raça.

3.2 A clausura do espírito.

Para que possamos compreender o impacto dessas metamorfoses denominativas sobre as formas de inscrição do conceito de sujeito, considerando ainda o impacto destas substantivações sobre os corpos aos quais se aplica a dinâmica racial que identifica e determina, precisamos topicalizar alguns apontamentos já feitos para então circundarmos a semiótica geral que reveste algumas definições atribuídas ao substantivo Negro, o qual já lidamos em nosso trajeto. Negro é a denominação atribuída ao ser humano objetificado, portanto, desumanizado; é, também, a definição dada a alguém passível de ser comercializado e/ou comercializável; e ainda, a forma de referir-se ao único entre os seres humanos que, na etapa do capitalismo mercantil, teve a sua carne transformada em coisa e o seu espírito em mercadoria.

A clausura do espírito é assegurada, como já abordado, pela manutenção de uma complexa rede de desdobramentos determinantes desde classificação taxionômica dos corpos até a uma constante elaboração/reelaboração de leis, regras e práticas, cuja a função normativa é constantemente reforçada e aprimorada por procedimentos que se fazem presentes desde o século XVIII , subsidiada pelo princípio de raça, já institucionalizado. A esse processo de constante elaboração/reelaboração de leis, regras e práticas, que se reforça e aprimora ao longo do tempo, Mbembe chamará de tradição. E é exatamente sob o espectro deste conceito que se organizam as instituições responsáveis tanto pela produção de conhecimento quanto pela manutenção do poder. Desta forma, como apontado acima, serão os mesmos ambientes nos quais se manifestará de forma mais veemente a crise aguda, e, portanto, onde também se destacará a estrutura tal, arquitetada e construída para a existência destes procedimentos de identificação.

Nosso foco de atenção neste momento é a compreensão da estrutura e dinâmica ontológica do gesto que se faz necessário, para que possamos vislumbrar o exercício da crítica em seu sentido mais pleno. Partimos do entendimento de que somos seres históricos cuja identidade é uma invenção e com a finalidade de encontrar meios que nos transforme em seres completamente outros daquilo que nos foi instituído, se assim convier. Ainda melhor: que tenhamos autonomia e discernimento para sermos seres moventes em busca do que for melhor para nós, mas sob a condição de constituir meios para o reestabelecimento da vida

tendo em conta nossa condição enquanto humanidade em interação com outras formas de vida existentes neste planeta.

Aqui é necessário pôr em destaque o seguinte: ser não significa permanecer sob a cristalização de algo que lhe foi atribuído enquanto tal. Mbembe é prescritivo ao enfatizar que África enquanto tal existe apenas na base do texto que a constrói como a ficção do Outro, ou seja, o que entendemos por África foi criado pura e simplesmente para determinar o ambiente de extração do homem-metal, homem mercadoria e que, portanto, sempre que se recorre ao nome, recorre a algo que já está preestabelecido, debate este assim descrito pelo pensador:

De todas as tentativas feitas, durante o século XX, de romper com este sonho vazio e com este velho modo de pensar, duas são de particular interesse para nossa discussão. Em primeiro lugar estão os esforços para desconstruir a tradição (e assim a própria África) demonstrando-se que esta foi inventada. Deste ponto de vista, a África enquanto tal existe apenas na base do texto que a constrói como a ficção do Outro. Este texto, portanto, combina com o poder estruturante, de tal forma que um eu que reivindique falar por si mesmo, uma voz que seja autêntica, sempre corre o risco de ser condenada a expressar um discurso preestabelecido que mascara o seu próprio, censura-o ou o força à imitação.

Em outras palavras, a África só existe na base de uma biblioteca preexistente que intervém e se imiscui por toda parte, mesmo no discurso que afirma refutá-la, a tal ponto que, com relação à tradição e à identidade africanas, hoje é impossível distinguir o “original” da cópia, ou mesmo de um simulacro. O mesmo pode ser dito sobre qualquer projeto que vise desenredar a África do Ocidente. (Mbembe, 2001, p.186)

Damos aqui um salto pelo impacto provocado por este apontamento crítico em torno das ficções sobre África. O impacto decorrente da sobriedade de Mbembe é capaz de nos arremessar afrente em nossa reflexão, pois ele nos dá, imediatamente, noção da concretude e condição existencial de todo o contexto diaspórico em abordagem, o que nos permite também nos atentarmos para reais estratégias discursivas que representem a possibilidade de saída dessas jaulas. Cabe aqui reconhecer essa estrutura secular, desenhá-la e observá-la de ponta a ponta para almejar formas de superá-la, de desenhar por cima das rotas já conhecidas. Há aqui um desvelamento que nos oferta símbolos e códigos que nos credencia a ler e decifrar mensagens e informações, que até então não eram ordenadas dentro deste sentido de entendimento decolonial e que podemos, assim dizer, não estavam escritas.

3.3 Decifrando códigos

Como já debatido, tanto os mecanismos que dão condições à tradição quanto à substantivação do termo África são elementos forjados. Tal forja foi tão bem articulada que, mesmo alguém que reivindique falar por si mesmo, ou seja, qualquer pessoa que apontar qualquer questão tanto sobre África quanto sobre a tradição, certamente irá expressar um discurso que já está dado, repetindo o que já foi de antemão preestabelecido por dispositivos do poder colonial.

Essa constatação presta testemunho e exhibe novamente a crise aguda racial, possivelmente, a nevralgia mais veemente da história. Cabe então buscar formas de superação deste contexto que podemos denominar de racismo estrutural, as quais só serão possíveis no instante em que o encararmos sob esta condição: enquanto uma anomalia, cujo núcleo central é instaurado com a institucionalização do princípio de raça que, como já observamos, foi estabelecido e aprimorado pelo pensamento hegemônico europeu ao longo dos últimos três séculos.

O que Mbembe delineia em seu ensaio *As formas africanas de auto inscrição* é um conteúdo bastante crítico, diria até perturbador, no qual ele traça uma análise das diferentes formas de representação da identidade africana emergentes durante o período de retomada do território concomitante às lutas por independência, já no século XX. Sua abordagem traz à tona as diferentes formas com as quais se tentou construir e representar a identidade do continente e suas nações, principalmente ao longo dos últimos cem anos. A tensão do contexto, exposta através de fortes alarmes, consiste em lidar com as estruturas conceituais e com a estruturação dos sistemas de linguagem articuladas, ao longo deste tempo, para a reconstituição da identidade. Em outras palavras, ele discorre sobre como as nações africanas se organizaram sob empenho de reconstrução de sua forma de se mostrar ao mundo e de autorrepresentação.

Neste contexto, Mbembe identifica dois discursos basilares no processo de construções de imagens, referenciados brevemente neste ponto de nossa análise: um que apresenta uma visão de caráter eminentemente nativista, que evoca uma atmosfera mitológica alicerçada por uma conexão com a ancestralidade; e outra que se vincula diretamente a uma perspectiva marxista, que se orienta a partir de uma visão instrumentalista do continente. Trata-se, como já podemos notar, de um texto contundente que, assim como o CRN, é esteio para o desenvolvimento de nossa investigação, uma vez que possui questões que alimentam

a compreensão de fenômenos discursivos que nos inquietam. Assim, consideramos as considerações tecidas na passagem que se segue:

Durante a fase pós-abolição, a questão era se os africanos estavam fora ou dentro do círculo, ou seja, se eles eram seres humanos como todos os outros. Em outras palavras, seria possível encontrar, entre os africanos, o mesmo ser humano, apenas disfarçado sob diferentes formas e designações? Poderíamos considerar os corpos, as línguas, o trabalho e a vida africanos como produtos de uma atividade humana, como manifestações de uma subjetividade – ou seja, de uma consciência tal como a nossa – de forma a permitir que os consideremos, a cada um deles individualmente, como um *álter ego* (um outro eu)? (...)

(...) De acordo com este lado mais sombrio do Iluminismo, os africanos teriam desenvolvido concepções particulares sobre a sociedade, o mundo e o bem que eles não compartilhariam com outros povos. E ocorre que tais concepções de forma alguma manifestariam o poder da invenção e da universalidade peculiar à razão. Tampouco as representações, a vida, o trabalho, a língua, ou os atos referentes à morte realizados pelos africanos, obedecem a qualquer regra ou lei cujo significado eles possam, por sua própria conta, conceber ou justificar. Por causa desta diferença radical, seria legítimo excluí-los, tanto de facto como de jure, da esfera do total e completa cidadania humana: eles nada têm que possa contribuir para o desenvolvimento do universal. (Mbembe, 2001, p.178)

Um dos impulsos que nos conduziu à realização dessa jornada investigativa reside no questionamento que Mbembe aponta acima: seria possível encontrar, entre os africanos, o mesmo ser humano, apenas disfarçado sob diferentes formas e designações? Poderíamos considerar os corpos, as línguas, o trabalho e a vida africanos como produtos de uma atividade humana, como manifestações de uma subjetividade? Como apontado, de acordo com o lado mais sombrio do iluminismo, não! Não poderia ser encontrado entre os africanos traços que os integrassem à humanidade maior e, assim sendo, seria legítimo excluí-los, tanto de fato como de jure, da esfera do total e completa cidadania humana.

Dentro deste contexto, há outro condicionante que cobra uma reflexão sobre os três acontecimentos marcantes nas narrativas diaspóricas: a escravidão, a colonização e o apartheid. Estes se apresentam como imprescindíveis e definidores a todo projeto de dominação de povos e somados expõem o corolário europeu em sua ávida necessidade em prestar culto à diferença, hierarquia e desigualdade.

Esses três eventos concatenados representam o *modus operandi* da modernidade colonizante. Em outras palavras, são acontecimentos que, ao serem observados, demonstram o sistema prático de aplicação do princípio de raça como critério de classificação dos seres humanos. Trata-se de três eventos que, se sequenciados concomitantemente na esteira do tempo, materializam em suas relações a rede de

desdobramentos configurados por estas modalidades de subjugação. Sistemas que foram regidos por legislação e concretizados em territórios que, por fim, dadas as circunstâncias, tornaram-se determinantes nos modos de existência dos diferentes grupos humanos deslocados durante todo processo da diáspora para a instauração do Novo Mundo.

Para melhor nos situar, se fizermos um estudo de caso que coloque em análise comparativa os contextos históricos da África do Sul, Estados Unidos e Brasil, por exemplo, veremos que cada uma destas localidades possui características estruturais que se desdobram em sociais, políticas e econômicas muito específicas e que, assim sendo, são tanto mais díspares que semelhantes. Ou seja, no tempo presente é quase impossível afirmarmos uma essência comum, apontarmos algo que, para além da cor de pele, represente uma essencialidade, uma identidade que enquadre todos os filhos da diáspora.

Ainda sob inspiração filosófica do ensaio *As formas africanas de auto inscrição*, destacamos que Mbembe (2014) expõe a intensão de construção de uma narrativa que busca criar uma perspectiva simplista sobre algo extremamente complexo, assim, mais uma vez, nos remete à outra grande questão: como reunir escravismo, colonização e apartheid numa mesma memória?

Para endossar o questionamento, trazemos o trecho a seguir:

A estes eventos, um específico conjunto de significados canônicos foi atribuído. Primeiro, a ideia de que, através dos processos de escravidão, colonização e apartheid, o eu africano se torna alienado de si mesmo (divisão do self). Supõe-se que esta separação resulta em uma perda de familiaridade consigo mesmo, a ponto de o sujeito, tendo se tornado um estranho para si mesmo, ser relegado a uma forma inanimada de identidade (objetificação). Não apenas o eu não é mais reconhecido pelo Outro, como também não mais se reconhece a si próprio. (Mbembe, 2014, p.04)

O excerto acima arranca de nossos corações e mentes profundas questões: em que proporção seriam estes três eventos a síntese dos elementos aglutinadores de todo intuito de ser destes seres? E como a alienação, a identidade e a objetificação fazem parte do conjunto de significados canônicos? E ainda, até que ponto é palpável a suposição de que houve uma perda de familiaridade consigo mesmo, a ponto de se permitir ser objetificado?

Cada vez mais fica explícito o nexos estabelecido entre os discursos que fomentam narrativas racializantes que se perpetuam, firmadas por considerações forjadas de acordo com o

interesse de poder que se manifesta como dominante. A passagem a seguir circunda a mesma questão e, assim sendo, nos trazem outros esclarecimentos, a saber:

De acordo com a narrativa dominante, os três eventos citados acarretaram a ausência de bens, sendo assim um processo no qual os procedimentos econômicos e jurídicos levaram à expropriação material. A isto se seguiu uma experiência singular de sujeição, caracterizada pela falsificação da história da África pelo Outro, o que resultou em um estado de exterioridade máxima (estranhamento) e de “desrazão”. Estes dois aspectos (a expropriação material e a violência da falsificação) são considerados os principais fatores que constituem a singularidade da história africana, e da tragédia na qual ela se baseia. Finalmente, a ideia da degradação histórica. A escravidão, a colonização e o apartheid são considerados não só como tendo aprisionado o sujeito africano na humilhação, no desenraizamento e no sofrimento indizível, mas também em uma zona de não-ser e de morte social caracterizada pela negação da dignidade, pelo profundo dano psíquico e pelos tormentos do exílio. Em todos os três casos, supõe-se que os elementos fundamentais da escravidão, da colonização e do apartheid são fatores que servem para unificar o desejo africano de se conhecer a si mesmo, de reconquistar seu destino (soberania) e de pertencer a si mesmo no mundo (autonomia). (Mbembe, 2001, p.74)

A expropriação material e a violência da falsificação da história são outras sínteses que nos auxiliam na busca por determinar a peculiaridade nos desdobramentos destes acontecimentos. Este enredamento desses três eventos feito pela identidade enquanto conceito que tem a linguagem como substrato principal, que lhe dá condição de existir preenchendo seus interstícios, é o ponto alto que almejamos abordar neste momento do estudo. A intenção aqui torna-se atingir um ponto em que seja possível compreender este contexto e estar ciente desta trama, que é a já citada rede complexa de desdobramentos que até então abordamos enquanto clausura, mas que aqui passa a se insinuar enquanto uma vasta rede de poderes e saberes em afinidades. Quando se descobre as interligações dos pormenores, cria-se condições para se avançar. Avançar no sentido de propor novas construções de caminhos que se entrecruzam no propósito de uma nova política de identidade a ser destilada amplamente. Na companhia de Mbembe, entendemos também que

A verdadeira política de identidade consiste em incessantemente alimentar, atualizar e reatualizar as suas capacidades de auto invenção. O afrocentrismo é uma variante hipostasiada do desejo das pessoas de origem africana de não terem de prestar contas se não a si próprias. É verdade que o mundo é antes de mais nada uma forma de relação consigo mesmo que não passe pela relação com o outro. O outro não é mais do que a diferença e o semelhante reunidos. O que teremos de imaginar será uma política do ser humano que seja, fundamentalmente, uma política do semelhante, mas num contexto onde, é verdade, o que partilhamos em conjunto sejam as diferenças. E são delas que precisamos, paradoxalmente, de pôr em comum. Tudo isto passa pela reparação,

isto é, por uma ampla concepção da justiça e da responsabilidade. (Mbembe, 2014, p.297)

A intenção compartilhada com tais proposições é justamente perceber o movimento de deslocamento dos conceitos de Negro e África, mas agora sob outra ótica. Após tencionarmos a discussão, a intenção é atentarmos para o exercício de imaginar uma nova política de ser humano, que seja a realização de uma verdadeira política de identidade. Política que se faz num caminho de confluências, por meio de práticas de constante reinvenção, no qual, incessantemente, se alimenta, atualiza e reatualiza num intuito que se firma pela fundamentação de uma política do semelhante, mas que se expressa num contexto em que o que partilhamos em conjunto as nossas diferenças.

Sob o crivo do exercício crítico, a investigação histórica, trabalhada tanto pela perspectiva de arqueologia quanto pela da genealogia, demonstra que o hábito da reinvenção é a prática que melhor se aproxima do que nos serve de referência e representação para a construção de uma nova política de identidade. Como já apontado, na medida em que associamos reinvenção à investigação histórica ancorados na metodologia da cartografia, visualizamos inúmeras aberturas e, ainda melhor, possibilidades de descobrimento de pontos de fuga, que nos permitem almejar outras formas de viver.

3.4 Uma nesga de luz

O pensamento crítico de Mbembe mantém-se pulsante e fecundo exatamente por se entregar aos desafios epistemológicos deste pensamento que se desenvolve em movimento. E, vislumbrando um fim dentro desta atmosfera labiríntica, é que emerge a única possibilidade de se ter acesso a alguma saída, que é através do próprio movimento de reestabelecimento da vida em plenitude. Assim sendo, nos interessa daqui por diante compreender os despedimentos provenientes deste emaranhar.

Em que instante este sujeito, que teve sua humanidade enclausurada sob a pele, inicia o movimento de recobrar sua razão para então considerar seu corpo, seu trabalho e sua vida como manifestação de uma subjetividade? Qual é o instante em que os seres humanos, filhos diretos da diáspora, passam a se identificar enquanto seres humanos? Quando passam a questionar a tradição demonstrando o novo emaranhado da história que, propositalmente, não preservou vestígios de sua existência, ocultando sua indubitável capacidade cognitiva, como também a possibilidade de restaurarem, por si próprios, sua

dignidade ontológica? Flutuando também em torno de questionamentos como esses, Mbembe dirá que

Observamos um movimento semelhante em muitos poetas da negritude. Para estes, o substantivo “Negro” já não remete para a experiência do vazio que se deve preencher. No imaginário dos poetas negros, passa a ser uma “arma miraculosa” que os poetas negros, procuram transformar numa força activa, através da qual os Negros se aparentariam com eles mesmos na sua particularidade e conseguiriam penetrar até as fontes mais profundas da vida e da liberdade. Substantivo transformado em conceito, o Negro torna-se o idioma pelo qual as pessoas de origem africana se anunciam ao mundo, se mostram ao mundo e se afirmam como mundo, recorrendo à sua força e ao seu próprio gênio. Este grande momento de aparecimento para a vida universal – grande meio-dia, dirá Césaire, reveste de imediato, o triplo traço de uma anunciação, de uma transfiguração e de uma denúncia. “Já deixei de procurar: encontrei”, proclama o próprio Césaire, “a minha revolta, o meu nome”; “eu, que sou homem, nada senão homem! [...] Eu quero apenas aquele puro tesouro que tanta largueza trouxe aos outros”. (Mbembe, 2014, p.84)

Importa-nos aqui apreendermos que Mbembe, para além de apenas denunciar as mazelas sofridas pelos - já bem descritos - corpos enegrecidos, investiga também o desenvolvimento do movimento de contracorrente que ocorre em paralelo. Como vimos na introdução, no instante em que abordamos a aplicação da metodologia desenvolvida por Deleuze da cartografia, Mbembe mapeia os vestígios que demonstram o deslocamento de forças, o desenvolvimento de outras perspectivas a partir do desarmamento de dispositivos de dominação. Interessa-nos neste ponto mapear os instantes de insurgência, ao qual se inverte a correnteza. Há sim “este grande momento de aparecimento na vida universal”, que tem como protagonistas especiais os poetas africanos, representados no trecho citado por Aimé Césaire, que se debruçam sobre a arte de dobrar semânticas mais solares para o vocábulo Negro.

A partir deste instante, que condiz ao período das lutas por independência dos países do continente africano, Negro deixa de remeter simplesmente a um vazio que se deve preencher e se reveste de luz própria demonstrando sua própria força em busca de ser, em busca de se afirmar no mundo, existindo enquanto sujeito. No entanto, como já apontado, há a implicação da construção da palavra, melhor dizendo, da construção do conceito que, mesmo que ainda na tentativa de reivindicar falar por si, ou tratar sobre qualquer questão tanto sobre África quanto sobre a tradição, irá certamente convocar um discurso que já está dado, que já foi de antemão preestabelecido, e aqui também acrescentamos o negro.

Assim sendo, Mbembe busca confluências com outros pensadores que se movimentam na contracorrente. Antes de mais nada, é fundamental frisar que se trata de expoentes negros representantes de nações colonizadas, neste caso, martinicanos. Empregamos também essas outras lentes, em especial as de Frantz Fanon, já abordado em outras passagens desta investigação filosófica, justamente pela sua contundente análise de instrumentação psicanalítica, como Mbembe aponta:

Em Fanon, o termo Negro advém mais de um mecanismo de atribuição do que de autodesignação. Eu não sou negro, declara Fanon, nem sou um negro. Negro não é meu nome nem apelido, e menos ainda a minha essência e identidade. Sou um ser humano, e isso basta. O Outro pode disputar em mim esta qualidade, mas nunca conseguiu tirar minha pele ontológica. O facto de ser escravo, de ser colonizado, de ser alvo de discriminações, ou de toda a espécie de praxes, vexações, privações e humilhações, em virtude da cor da pele, não muda em absolutamente nada. Continuo a ser uma pessoa intrinsecamente humana, por mais violentas que sejam as tentativas que pretendem fazer-me ver ao contrário. Este excedente ineliminável, que escapa a qualquer captura e fixação num estatuto social jurídico e que nem a própria condenação à morte conseguiria interromper, nenhuma designação, nenhuma medida administrativa, nenhuma lei ou atribuição, nenhuma doutrina, e nenhum dogma poderão apagá-lo. “Negro” é, portanto, uma alcunha, aquilo que pretende que ele diga e o ser humano que deve interiorizá-lo, há algo que jamais deixará de fazer parte do afastamento que o sujeito é chamado a cultivar e, até, a radicalizar. (Mbembe, 2014, p.88)

Nota-se então o percurso à que se segue ao sermos arrebatados por esta nota biográfica de Fanon, na qual ele se despe de qualquer afirmação que lhe seja atribuída a partir do conceito de negro. Em contraste aos apontamentos atribuídos a Césaire, notamos que os de Fanon, de uma forma veemente e incisiva – acrescentaria até radical – coloca-nos numa posição que enfatiza o que de fato é estar neste aprisionamento psicológico-conceitual. O mais importante é que se trata da perspectiva de um sujeito de pele escura, que dotado de um domínio próprio da linguagem de sua área de investigação que é a psiquiatria, visualiza que ser Negro é a condição imposta, ou seja, é simplesmente interiorizar algo que lhe foi atribuído. Como apontado na citação acima, o fato ter sido condicionado à escravidão, ser colonizado, alvo de uma série de subjugações, não muda em nada o fato de o indivíduo permanecer sendo um ser humano, mesmo que toda maquinaria instituída pelo princípio de raça tente estabelecer o contrário.

Neste trecho em destaque, depreendemos vários questionamentos sendo respondidos. Como dito antes, Fanon emerge na obra de Mbembe como um grande baluarte; e não sem razão, uma vez que Fanon, sendo médico psiquiatra, expõem, a partir de sua investigação científica, um diagnóstico clínico das implicações do princípio de raça e substantivação do

conceito Negro sobre o corpo a ser revestido pela rede de sentidos pretendidos. Além deste aspecto, ele reafirma que todo processo de institucionalização se dá por meio de linguagem, expressa em olhares, gestos e atitudes.

Podemos aqui dizer que se pressionamos a linguagem, ela denuncia os absurdos necessários para o estabelecimento do contexto de dominação em estudo, assim sendo, ao final deste capítulo, a linguagem torna-se para nós a cumeieira da investigação, tal como pontua Mbembe:

A linguagem, efetivamente, não é apenas o lugar das formas. É o próprio sistema da vida. Ela pode oferecer-nos as coisas ao olhar, mas numa visibilidade tão brilhante, que essa própria visibilidade esconde o que a linguagem tem para dizer e o que a vida tem para mostrar. Ela separa com uma fina camada de noite a aparência e a verdade, a máscara e o rosto. E Foucault acrescenta: “o sol da verdade está mergulhado em segredo, mas, no coração desta noite em que ele é conservado, torna-se maravilhosamente fecundo, fazendo nascer mesmo por debaixo dele, na luz do jardim em festa, máquinas e cadáveres autômatos, invenções inauditas e cuidadosas imitações”. Durante este tempo, a vida ganha forma de um iminente Além”. Impossível possibilidade também, devido, como explica Deleuze, ao paradoxo que é por um lado, “o mais elevado poder da linguagem” e o outro, “a minha importância para dizer o sentido daquilo que digo, de dizer ao mesmo tempo alguma coisa e o seu sentido”. Pois, como diz Foucault, a “linguagem não fala senão a partir de uma carência que lhe é essencial”. Ora, olhando de perto, o termo “África”, apresenta as mesmas características que Deleuze e Foucault descobriram na linguagem – um brilho essencial ou, para utilizar mais uma vez as palavras de Foucault, um “vazio solar” que ofusca, mas que uma vez que é seu próprio espelho, preserva sempre um avesso noturno que o olhar dificilmente atravessa e contra o qual irão sempre tropeçar não só as palavras, mas a própria vida. No entanto, Fanon, para quem qualquer interrogação acerca das condições de produção de si em contexto colonial devia principiar pela crítica da linguagem, assim o compreendeu também. Essa crítica da vida enquanto crítica da linguagem é precisamente aquilo que o termo “África” nos convida. (Mbembe, 2014, p.99)

Este excerto sintetiza o percurso caudaloso ao qual se faz necessário caminhar para que de fato possamos afirmar uma verdadeira política da identidade. Se compreendemos que a linguagem é o próprio sistema da vida, compreenderemos que é a partir da primeira que reestabeleceremos a segunda. Partindo de Fanon, só é possível uma crítica sobre as condições de produção de si em um contexto colonial se essa for germinada pela crítica da linguagem que, por sua vez, torna-se, imediatamente, uma crítica àquele modo de vida que comungue com o bom funcionamento dos dispositivos de dominação.

De forma magistral, Mbembe vivifica as definições feitas por Deleuze e Foucault sobre a linguagem para mostrar como que as mesmas representações recaem sobre o termo África.

Trata-se da evocação de um brilho essencial ou do proposto “vazio solar” de Foucault que ofusca ao invés de clarear, no sentido iluminista de trazer a definição, daí a necessidade de crítica à linguagem. A atmosfera fantasmagórica ao qual o ‘eu’ é submetido pelo dispositivo de dominação instituído pelo princípio de raça refere-se a esse deslocamento vacilante em que o sujeito, que num primeiro instante é instituído enquanto negro, move-se intimamente a fim mesmo de reestabelecer sua condição de participante da humanidade, ascendo seu Sol.

No primeiro movimento, ele se autodetermina enquanto africano, sujeito proveniente do território onde se extraiu o homem-metal, homem-mercadoria, para se reconhecer enquanto sujeito num salto ontológico. Reconhecer-se enquanto um ser capaz de se inventar e de se integrar a uma diversidade maior de seres que, portanto, por reconhecer-se enquanto tal, sentem-se responsáveis por praticar uma nova política que tem por princípio, a partir de uma revolução da subjetividade, superar o propósito colonial de identidade.

4 Territórios de vestígio

Nosso último capítulo é um exercício de leitura crítica cujo propósito é compor uma visão panorâmica dos desdobramentos teóricos em perspectivas. A intenção é educar o olhar para as escritas ocultas que codificam os acessos aos territórios compostos por vestígios. O foco é atrelar as potencialidades existentes na experiência de vivenciar esses territórios, com a prática de reinventar-se. O compasso é dado por aquilo que Mbembe estabelece como a

atitude prática para reestabelecer a vida, a partir do mapeamento de vestígios que nos permitam promover a restauração de nossa relação com a semente. A interação com essa semente é o princípio fundamental dentro do contexto estabelecido para a construção de uma nova política de identidade. Isso porque acreditamos que

O mundo não vai durar, a não ser que a Humanidade se empenhe na tarefa da constituição daquilo que é preciso chamar de reserva de vida. Se a recusa a perecer faz de nós seres de história e autoriza que o mundo seja mundo, então nossa vocação para durar só pode realiza-se quando o desejo de vida for pedra de toque de um novo pensamento da política e da cultura.” (Mbembe, 2014, p.302)

A capacidade de duração do mundo está refém de uma atitude prática dos seres humanos para a constituição do que precisamos chamar de reserva de vida; mesma reserva que se apresenta também como a matéria prima que permitirá o estabelecimento de um novo pensamento político e cultural e que também está contida na recusa a perecer que nos faz restaurar nossa relação com a semente e assim sermos seres historicizantes. Assim sendo, nesse exercício, são estas as práticas que autorizam que o mundo seja mundo.

O que percebemos a essa altura, após as imersões filosóficas realizadas nos capítulos anteriores, é que Mbembe possui um programa filosófico cosmológico. Seu programa geral firma-se no propósito de criar efetivas condições para se refletir de forma prática sobre como lidar com os fragmentos da história ao foco de uma perspectiva que culmina no desencadeamento de uma nova forma de pensamento.

Podemos afirmar que Mbembe propõe, a partir de sua metodologia, uma revolução da subjetividade, na qual as questões centrais passam por confrontar o devir-negro e as práticas da necropolítica, que condenam uma parcela considerável da humanidade a uma condição estática de corpos passíveis de serem mortos. Ao propor uma revolução da subjetividade, Mbembe expõe a possibilidade de construção de um ideal comum em que todos, como seres humanos, sejam reconhecidos em sua completude e na constituição da consciência da existência de apenas um mundo pertencente a todos de forma igualitária, e do qual todos são herdeiros.

Diante deste balizamento, no intuito de seguir a diante, temos que trazer a frente à compreensão de que são as condições de forja de conceitos e palavras que determinaram, determinam e determinarão, por meio da linguagem, a construção de nossos comportamentos e atitudes, crivo necessário para transitar entre territórios e reconhecer

espaços nos quais estão guardados os vestígios que nos permitirão reestabelecer, através da reinvenção, esta reserva de vida. Nosso ímpeto investigativo nos direciona também a indagar: onde estão as chaves que podem ser usadas para abrir debates que permitam laborar narrativas antigas com vistas a construir novas narrativas e discursos acerca da consolidação do mundo tal qual o conhecemos?

Como apontamos no segundo capítulo, a tônica é atentarmos para o exercício de imaginar e praticar uma nova política de ser humano, que se firma ao fim como a busca da verdadeira política de identidade, no interior da qual o caminho é a já tão aclamada reinvenção, que deve ser incessantemente alimentada, atualizada e reatualizada para que, fundamentalmente, institua-se como prática comum, a prática de uma política do semelhante, mas que, dentro dessa nova possibilidade, se coloque a partir do conjunto das diferenças. A investigação histórica que aqui conectamos com os ideais da metodologia da cartografia, que se articula também à prática arqueológica e genealógica, demonstra que o exercício da reinvenção é o que melhor se aproxima do que nos serve de referência e representação para, a partir das narrativas diaspóricas, lidarmos com as urgências do nosso tempo.

Dessa forma, podemos reafirmar que a investigação aqui empreendida só se consolida a partir da prática que se fundamenta na construção cartográfica de territórios que nos provocam a refletir sobre melhores formas de se viver, ancoradas àquela relação dos africanos antigos, pré-coloniais, com a semente e a vida, interação esta que deve ser uma prática permanente. Vale reforçar que a cartografia destes territórios abre caminho para a recriação de uma relação de restauração com a natureza e ainda de restituição do conhecimento geral de que a natureza possui uma força em si e, sendo assim, é impossível mantermos qualquer tipo de relação com ela sem respeitá-la. E, por fim, enfatizamos que a relação que estabelecemos entre morte e renascimento é parte de um conjunto cosmológico de partilha do mundo, ao qual se integra não só os humanos, mas todos os demais seres vivos.

Sob esta consciência, transitar pelos territórios em busca de vestígios faz jus a pisar em solo que conserva e preserva memórias, tanto sobre a vida, quanto sobre a morte. Faz-se necessário, nestes ambientes, estar de prontidão, atento para o processo de singularização dos acontecimentos e o que esses refletem sobre o tempo e espaço no desenvolvimento das

ideias e nas redes de envolvimento e construção de pensamentos. Atravessar estes espaços enquanto investigador, como pudemos absorver a partir da metodologia desenvolvida por Mbembe, exige uma grande atenção e uma visão apurada. Visão que seja capaz de apurar detalhes, observar através dos velamentos e entrelinhas narrativas outras que lancem luz sobre novas formas de construção de discursos a favor da restauração da vida.

Para o desenvolvimento destes estudos é inquestionável a importância da História, que possui aqui um peso determinante, já que somente a partir dela conseguimos expor as mazelas ocorridas no desencadeamento do tempo e, em contrapartida, abrir o debate para uma questão central que é a abordagem sobre a partilha do comum e da ampliação da participação de todos os seres humanos na real consolidação do que chamamos de mundo, eis o peso da história ao qual precisamos aprender a carregar e partilhar. Reafirmando, faz-se necessário lidar com a história, de forma que acessemos o passado de tal maneira que este possa abrir-se a um futuro que seja para todos.

Assim, uma vez que não eliminamos o racismo na vida e na imaginação do nosso tempo, é preciso continuar lutando por um mundo para-além-das-raças. Mas para chegar a este mundo, à mesa do qual todos somos convidados, ainda é preciso obrigarmo-nos a uma exigente crítica política e ética do racismo e das ideologias da diferença. A celebração da alteridade só tem um sentido se ela abrir para a questão central do nosso tempo, a da partilha, do comum e da abertura para o mundo. O peso da história encontra aí. É preciso aprender a carregar e repartir o seu peso de uma maneira mais eficaz. Estamos condenados a viver não apenas com aquilo que produzimos, mas também com o que herdamos, e devemos aprender a viver tudo isso em liberdade. Uma vez que não saímos inteiramente de uma mentalidade dominada ainda pela ideia da seleção do entre diferentes tipos de seres humanos, é preciso trabalhar com e contra o passado, de maneira a que este possa abrir-se para um futuro comum, com dignidade para todos. O caminho passa pela produção, a partir da crítica do passado, de um futuro indissociável de uma certa ideia de justiça, da dignidade e do em comum. (Mbembe, 2014, p.296)

Enquanto não formos capazes de eliminar a lente do racismo que media nossas visões entre real experienciado e as sutilezas do racismo estrutural em nossas vidas, nossas interações sociais serão contornadas pelo jogo de imagens do discurso de dominação, que povoam nosso inconsciente coletivo. Assim, é de vital importância, constantemente, inventar e reinventar caminhos que deem acesso a um mundo no qual se almeje a abolição do princípio de Raça, combatendo então a manutenção do devir-negro e as práticas da política que gerenciam a morte. Ou fazemos isso ou estamos condenados àquelas jaulas do inconsciente coletivo. Esse talvez seja, no nosso tempo presente, o papel mais importante da História e, portanto, em que se encontra também seu maior peso: produzir uma crítica sobre o passado

para produção de um futuro mais próximo e indissociável de certa ideia de justiça, de dignidade e do em comum.

Tornar real a possibilidade de partilha do comum e ampliar a visão sobre o mundo para além daquilo que reflete somente o que já está preestabelecido. Acreditamos serem estas ações responsivas imprescindíveis para a prática desta nova possibilidade de ser num modo de interação capaz de construir este futuro mais próximo que nos permita lidar de forma verdadeira e humana com valores que reestabeleçam ideias como justiça e dignidade. Assim sendo, para além de tratar das questões ontológicas, meramente teóricas, Mbembe também se atenta a desenvolver este contexto de maneira prática e palpável, pois lhe interessa também saber como podemos exercer uma prática de existir, em que o exercício seja estabelecer princípios que deem condições reais e materiais, a partir do presente, para que o ideal de construção de uma nova política da identidade efetivamente aconteça. É o que vemos quando ele expõe o conceito de afropolitanismo, em seu ensaio *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*, descrito no trecho a seguir:

O afropolitanismo é uma estilística e uma política, uma estética e uma certa poética do mundo. É uma forma de estar no mundo que recusa, por norma, qualquer forma de identidade vitimária. O que não significa que não tenha consciência das injustiças e da violência que a lei do mundo infligiu a esse continente e a essa gente. É igualmente uma tomada de posição política e cultural em relação a nação, a raça e a questão da diferença no geral. Na medida em que nossos estados são pura invenção (além disso, recentes) em rigor, nada tem em sua essência que nos obrigue a devotar-lhe um culto – o que não significa que seu destino nos seja indiferente. No que concerne o “nacionalismo africano”, este representa, na origem, uma utopia portentosa cujo o poder insurrecional foi ilimitado – a tentação de nos compreendermos a nós mesmos, de nos erguermos perante o mundo, com dignidade, enquanto seres dotados de um rosto humano, simplesmente. ((Mbembe, 2013, p.186)

Como podemos notar, em sua cosmologia filosófica, para além de somente demonstrar os procedimentos de cunhagem e substantivação do termo negro e suas perversas e injustas aplicações na construção histórica de identidades, Mbembe também demarca os momentos em que surgem as possibilidades de estabelecer e acessar outras possibilidades de restauração, a partir da memória destes acontecimentos, da visão sobre o mundo. O intuito vai além, trata-se de instituir uma consciência que fortalece a necessidade de uma postura que recusa por norma e princípio qualquer tipo de identidade vitimária. Neste contexto, ele acena a um conjunto composto por procedimentos e práticas que passa por estilo, política, estética que, por fim, culminará numa poética de relacionar-se com o mundo que – ao ser

vista sob o prisma dos vestígios e arquivos – impulsiona-nos a desenvolver outras possibilidades de leitura das narrativas históricas e assim estabelecer condições para o soerguimento, a partir dessas, de outra possibilidade, totalmente nova, podemos dizer até inédita, de reportar às narrativas sobre os povos frutos da diáspora sob um novo prisma universal, focado numa nova postura de dignidade diante do mundo.

Como ele bem expõe neste ensaio, havia uma força na gênese do nacionalismo africano que representava uma utopia extraordinária capaz de subverter a substantivação e ainda propor de forma ilimitada a radicalização sobre o propósito de identidade. No entanto, os desdobramentos e a retomada do imperialismo sufocaram muitas possibilidades; vale aqui ressaltar que o desenvolvimento das investigações e estudos empenhados por Mbembe tratam, em boa parte, de demonstrar as venturas e desventuras do continente africano no desenrolar destes acontecimentos em busca de uma identidade cunhada a partir dos preceitos da autonomia. No fechamento do ensaio *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*, ele é enfático ao apontar a necessidade de refundação do pensamento crítico enquanto desafio principal de nossa época e acrescenta mais, como veremos no trecho a seguir:

Um pensamento que pensa seu possível fora de si mesmo, consciente dos limites de sua singularidade, no circuito que nos vincula sempre a um outro lugar. Essa refundação remete primeiro e necessariamente para uma determinada disposição – aquele que afirma a total e radical liberdade das sociedades perante seu passado e seu futuro. Pensamento que também sabe explicar seu mundo, que tenta compreender a história da qual é parte integrante e que permite identificar o poder do passado gravado no presente. (Mbembe, 2013, p.192).

Aqui se reafirma a necessidade de produzir, como já apontado nos capítulos anteriores, um novo realce sobre nossa perspectiva de leitura e construção de narrativas e discursos que sejam responsáveis não só por sustentar nossas crenças históricas, mas também por nos permitir a olhar e a agir acerca da nossa própria existência, a partir de um momento de insurgência em que nos abrimos a essa perspectiva de pensamento, de uma forma diferente.

Salva a redundância, pensar este pensamento, que tem consciência dos limites de sua singularidade e que a refunda em outras cosmologias a partir da qual se afirma a total e radical liberdade das sociedades perante seu passado e futuro, isso é pensar sob uma perspectiva de completa transformação dos princípios de identidade. Entendemos que estes se instituem a partir do instante em que há bagagem suficiente para se explicar o seu

mundo, servindo-se da história da qual faz parte para decodificar as mensagens que narram o poder do passado que está gravado no presente.

Recorrer a estes pensamentos que tem consciência dos limites de sua singularidade e acessar a bagagem histórica que nos permite decodificar as mensagens que narram o poder do passado gravado no presente é possuir elementos que nos dão sustentação para construção de novas possibilidades. Principalmente para lidarmos com mais um período de agravamento da crise racial, com o acirramento de discursos e debates de reafirmação radical de identidades, que não promovem nenhuma possibilidade de partilha do comum. Como veremos no trecho a seguir, em que Mbembe evoca o estatuto do passante, na medida em que associamos a investigação histórica e exercitamos a prática da cartografia, nos damos conta do quão acidental é o que representa o nosso lugar no mundo, tanto o local e condições em que nascemos e, portanto, em que também vivemos:

Atravessar o mundo, dar conta do grau do acidente que representa o nosso lugar de nascimento e o seu peso de arbitrário e de constrangimento, agarrar o irreversível fluxo que é o tempo da vida e da existência, aprender a assumir o nosso estatuto do passante, uma vez que é provavelmente a condição em última instância da nossa humanidade a base a partir da qual criamos a cultura – são talvez, afinal, as questões mais difíceis do nosso tempo, que herdamos de Fanon na sua farmácia, a farmácia do passante. (Mbembe, 2017, p. 245)

Podemos depreender da leitura de Mbembe uma desafiante prática: assumir o efêmero e o transitório como condição de existir e fazer disso o combustível venal do procedimento de reinvenção. Ao reconhecer o arbítrio de nossa existência, que é condicionada por um acidente, nos desperta a nos reconhecermos como seres que estamos de passagem por este planeta. E sobre isso, esta contundente constatação, há muitos desdobramentos filosóficos na qual a força maior reside em agarrar esse irreversível fluxo que é o tempo da vida e da existência e fazer disso o ponto de impulso que nos alavanca a buscar por condições dignas das formas possíveis de ser um ser vivente. Ao esmiuçar a perspectiva deste ideal identitário, Mbembe, mais uma vez sob a guia de Fanon, estabelece as condições necessárias para o desenvolvimento de um projeto de transfiguração, que vai ao encontro exato deste intuito vital, como ele pontua,

O projeto de transfiguração exige do sujeito que ele abrace conscientemente a parte fragmentada de sua própria vida; que ele se obrigue a desvios e reconciliações, por vez improváveis, que opere nos interstícios, se quer dar uma expressão comum a coisas que por hábito dissociamos. Fanon passou por cada um destes lugares não sem reserva de distância e espanto, como o objetivo de assumir plenamente a cartografia instável e fluida na qual se encontrava. Ele chamava lugar

a toda experiência de encontro com os outros, que dá azo à autoconsciência, não necessariamente como indivíduo singular, mas como brilho seminal de uma humanidade, mais vasta, a braços com a fatalidade de um tempo que nunca para, cujo principal tributo é o de fluir – a passagem por excelência. (Mbembe, 2017, p.247)

Podemos resumir o trecho acima na seguinte consideração: a transfiguração é a passagem no tempo por excelência – a condição permanente de todo sujeito que almeja adotar como propósito praticar uma existência que assume em si o fluir. Ouso aqui dizer que Fanon figura neste trecho como uma espécie de especulador crítico exemplar, que ciente da cartografia instável e fluida em que se encontrava, abraçou, conscientemente, a sua vida fragmentada e a transformou numa experiência capaz de possibilitar o encontro com o outro; ao fazer isso, abriu uma possibilidade singular de fortalecimento da autoconsciência, de um despertar de um brilho seminal, de uma humanidade vasta, da qual todos os seres humanos possíveis, indiscriminadamente, participaram e participam.

Ao compreender que a substantivação estabelece uma fixidez da definição das práticas autorizadas a se aplicar sobre determinados corpos, compreende-se também que, ao quebrarmos esta cristalização, abrimos precedentes para vivenciar a experiência de encontro com o outro de uma forma até então não imaginada que, sob a exposição de Mbembe, Fanon de forma magistral, convida-nos ao desafio.

A transfiguração é o projeto de existir que traz prescrições de atitudes e de posturas a serem assumidas diante do mundo, dotado de uma visão cosmológica que se inspira na relação da semente que morre sobre a terra para renascer broto, virar planta, gerar frutos e, novamente, voltar a semente. Eis o que dá azo à autoconsciência como brilho seminal de uma humanidade que participa em comum das vicissitudes do tempo e da qual todos são partícipes, independentemente da condição de nascimento. Concatenar estes movimentos é dar forma a uma reflexão que se encerra sob o auspício de libertação, da almejada superação. Atentar-se a todas estas imbricações implica também em se dar conta da posição que ocupamos diante de mundo, e ainda em entender que a escolha de pertencimento ou não a uma humanidade universal caiba a cada um, que assim se compreende e que assim atua, reconhecendo-se enquanto agente histórico capaz de reestabelecer o princípio de vida.

Assim como evidencia o trabalho psicanalítico de Fanon, mais uma vez reiteramos a relevância constituinte dos aspectos da linguagem, sem a qual não haveria nenhum acontecimento ou ao menos acontecimento narrado, documentado. Para tal, trazemos mais uma abordagem feita por Mbembe, ao fim do ensaio *Políticas de Inimizade*:

Cada fragmento dessa linguagem terrestre está enraizado no paradoxo do corpo, da carne, da pele e dos nervos. Para escaparmos à ameaça de dissociação e desmembramento a linguagem e a escrita deverão sempre projetar-se para o infinito exterior, despir-se para soltar o vício que ameaça sufocar o seu corpo, submisso de músculos, pulmões, coração, pescoço, fígado e baço, corpo desonrado, com várias incisões, corpo frágil, dividido, lutando contra si mesmo, feito vários corpos que competem dentro do mesmo organismo – por um lado, o corpo do ódio, terrível fardo, falso corpo de objeção, esmagado com indignidade, e, por outro, o corpo originário, mas roubado por outros, em seguida, desfigurado e abominado, que devemos literalmente ressuscitar num ato de verdadeira gênese. (Mbembe, 2014, p.250)

A abordagem feita neste trecho atribui à linguagem um aspecto humano. Notadamente, há uma provocação que nos força a atenção sobre este corpo viciado, que é a linguagem, que deve ser despido para não se sufocar. Corpo que necessita ser curado para que a vida em si possa se reestabelecer. Corpo dividido que luta contra si mesmo e que é feito de vários corpos que competem dentro do mesmo organismo. Corpo que, após inúmeras sujeições, necessita ser ressuscitado num ato de verdadeira gênese, ou seja, a reinvenção do sujeito está intrinsicamente relacionada com a reinvenção da forma de se servir da linguagem. A linguagem, após passar por todos os procedimentos de intoxicação e objeções, deve ser ressuscitada também como nesga de luz, centelha de vida, restaurada enquanto semente.

Eis o propósito maior que as concatenações filosóficas a que Mbembe nos convida, eis a prática verdadeiramente arqueogenealógica que cartografa os deslocamentos de força, que se torna a pedra de toque, que dá base para a proposta de uma nova forma de pensamento crítico, ao qual a reinvenção é o motor principal de toda ação, em especial, para agir em confluência.

Conclusão

A conclusão deste trabalho só pode ser feita sobre a regência de um profundo sentimento de agradecimento e de reverência ao Cosmos. Impressiona a potência da força que há neste ponto em que chegamos. Ouso dizer que, aqui, neste lugar-outro em que nos encontramos: há esperança.

Certa vez, ouvi de um professor que estudar filosofia seria algo comparável a um rigoroso treinamento físico, só que aplicado às faculdades do intelecto. Alcançar este ponto da prática do pensamento reflexivo efetiva-se sob o atendimento desta expectativa, que se delinea pelos obstáculos superados ao longo do percurso e que, assim, permitem que eu aprimore a prática e o exercício crítico da reflexão filosófica. Esta incursão investigativa, o alinhamento com a visada do pensamento crítico, dentro da perspectiva decolonial, destrinchada ao longo de nossa construção sob a orientação de Mbembe, habilita-me também compreender o quanto esta prática de exercício é fundamental para a compreensão do que significa estabelecer uma relação de transfiguração subjetiva com a existência.

Ao findar dessa jornada, é necessário fazer alguns apontamentos com vistas à concatenação dos recortes que me permitiram estar neste encontro. O exercício que realizei habilitou-me a lidar com as elipses do tempo, sob a observação das práticas arqueogenealógicas do sábio africano pude encontrar fragmentos e arquivos registrados ao longo da história. O contato com tais elementos instigou-me a investigar os processos de criação dos nexos que estabeleceram o dispositivo de dominação que denominamos, ao longo do texto, como princípio de raça. Neste contexto, atingi o intuito de compreender os procedimentos discursivos necessários para o estabelecimento deste dispositivo, cujas práticas autorizam, até a atualidade, o assujeitamento dos corpos e que infringe, diretamente, na construção de subjetividades.

Após esmiuçar estes fragmentos e arquivos, que dão pistas e evidências a forma de criação, desenvolvimento e funcionamento deste dispositivo de dominação, ative-me ao aprimoramento de sua aplicação e regulação enunciativa, que se tornam imprescindíveis para a efetivação do devir-negro no mundo. Vale aqui pôr em destaque que o devir negro é a definição do instante histórico em que toda humanidade disponível é transmutada em mercadoria, assim como ocorreu com os povos africanos no capitalismo mercantil; ou seja,

todos os corpos, independentemente do tom de pele, tornam-se a partir deste instante passíveis de serem comercializados ou comercializáveis.

Esta atenção só se tornou latente após aplicar, assim como apontando na introdução, a metodologia da cartografia à qual aportei a partir de Deleuze. Tratei, a partir desta referência epistemológica, de desemaranhar as linhas componentes do enredamento do princípio de raça, mapeando seus desdobramentos, cartografando os meandros de seu desenvolvimento e sofisticação enquanto elemento orgânico, parte constitutiva do sistema capitalista, que se metamorfoseou ao longo do tempo.

Dessa forma, mantendo-me ainda nessa atenção crítico-analítica, o exercício tornou-se mais consistente ao surgir no percurso aquele que se tornou um farol: Frantz Fanon, que ao ser narrado sob a óptica atenta de Mbembe, fortaleceu-me para lidar com a atmosfera fantasmagórica imposta a partir da formação da subjetividade do indivíduo que, em primeira instância, recebeu a denominação de negro. No desenrolar das leituras, inspirado pelo próprio Mbembe, integrei Fanon como uma espécie de investigador exemplar, cuja própria trajetória de vida é apresentada nas entrelinhas dos textos como uma conduta cabal de superação de obstáculos. Ele é a possibilidade científica – através da psicanálise, de demonstrar as mil faces dos procedimentos de violência utilizados na efetivação deste processo colonizador, que se consolida como uma atmosfera de enclausuramento, no qual os seres denominados negros, de forma psicológica, foram historicamente submetidos inconscientemente.

Fanon é um personagem decisivo na composição de Mbembe. Retomando um trecho marcante, há um instante em que Mbembe faz o seguinte apontamento: “Ele chamava de lugar a toda experiência de encontro com os outros, que dá azo à autoconsciência, não necessariamente como indivíduo singular, mas como brilho seminal de uma humanidade mais vasta, a braços com a fatalidade de um tempo que nunca para, cujo principal tributo é o de fluir – a passagem por excelência”. Aqui, arrisco afirmar: Mbembe lança luz sobre a real possibilidade de transformação contida no simples momento do encontro. Toda resposta se encontra neste ponto, indo além, nas possibilidades de encontro que estão disponíveis neste ponto, que é ao mesmo tempo é de ancoragem, mas, principalmente, de passagem. O curioso é pensar neste lugar como experiência, não como espaço físico. O curioso é entender que o encontro permite a cada um, não necessariamente como indivíduo singular,

mas como uma nota a compor uma mesma harmonia, como gota a compor o mesmo oceano, a existência.

Ao passo que avancei nesta constatação, deparei-me com o maior enlace do problema que se instalava no complexo sistema de substantivação da identidade. Assim sendo, no intuito de entender os procedimentos de substantivação de identidades a partir de um procedimento de investigação filosófica, reconheci sua origem na manutenção de um discurso preestabelecido, alicerçado por uma rede de condicionamentos da linguagem. A partir dessa investigação orientada por Mbembe, tornou-se evidente que é justamente no espaço da linguagem que se forja a manutenção do princípio de regência de todas as instâncias das práticas sociais.

Ao alcançar este ponto de perspectiva, o posto de observação tornou possível visualizar uma vasta paisagem com vislumbre com possibilidades de superação, cuja disposição, assim como afirma o sábio africano, é radical; cuja consonância e atitude estão na transfiguração das formas de existência, que para tal e qual, faz-se necessária para a construção de uma nova política de identidade, na qual a invenção e a valorização da diferença sejam os princípios de fundamentação da dignidade e da justiça. Assim sendo, sob a perspectiva da cosmologia filosófica elaborada por Mbembe, aqui considero que chegamos, partindo de uma linha de pensamento crítico que se serviu da Histórica, da Arqueologia, da Genealogia e da Cartografia como arsenal, territórios e experiência de investigação.

No percurso deste estudo, busquei, após desemaranhar os enredamentos, lidar com fragmentos, vestígios, arquivos e registros, compreendendo, neste exercício, um ponto de abertura aos problemas suscitados ao longo da trajetória, na intenção de visualizar uma nova prática diante da existência. Prática que tenha por finalidade construir uma nova política de identidade, que se alimenta, atualiza e reatualiza, permanentemente, na busca por caminhos que corporifiquem o exercício da reinvenção, cujo propósito maior é encontrar formas de reestabelecimento do princípio de vida.

Concluimos este exercício filosófico sob a perspectiva de quem atinge um ponto acima ao subir uma estrutura íngreme. Ponto que possibilita observar o entorno com ampliação da visão. Visão que amplifica a dimensão da paisagem, onde há uma atmosfera em ebulição.

Há dois pontos finais dentro deste exercício: dois pontos de fuga. O primeiro é a construção de toda jornada; há, neste exercício de percorrer caminhos, alguns movimentos imprescindíveis: um deles é o de desvelar as condições de formação do mundo em que existimos e a que custas que se formou, com vistas a lidar com o amargor dos desdobramentos históricos, saboreando-os, na intenção de diagnosticar a gênese dos discursos fundadores da subjetividade ao qual se integra esse sujeito que me torno. Essa visão que me permitiu compreender os efeitos da produção de subjetividades, naturalizados na substantivação dos corpos enjaulados na condição de existência enquanto sujeitos racializados.

Posso aqui afirmar, e creio ter ficado bem explícito, que é justamente da possibilidade de reinvenção do sujeito, a partir da noção de descolonização, que surge a chave de desmonte de todo dispositivo discursivo de dominação produzido segundo as máximas de linguagens que materializaram o princípio de raça. Assim sendo, é nesta transmutação da linguagem que atravessa completamente o sujeito que reside nosso primeiro ponto de fuga.

O segundo materializa-se diante da constatação do clarão de luz projetado pela figura de Achille Mbembe. Endossando a clarividência, Mbembe ascende no cerne do cânone filosófico a oportunidade de se desenvolver, por meio desse exercício de pensamento crítico, uma imprescindível e potente estética da existência.

Este sábio africano, possivelmente o primeiro a obter um destaque de fôlego nos altos ciclos do debate acadêmico filosófico, dedica-se a nos inspirar a possibilidade de construção de um mundo melhor, partindo da compreensão de que existe apenas um único mundo, ao qual todos os seres vivos são herdeiros e pertencentes, portanto, onde todos seres vivos, quer queiram ou não, necessitam viver em comunhão. Para tanto, necessitamos enredar em conjunto novas formas de existir criando possibilidades para que a vida seja de fato algo satisfatório e desejável.

Referências bibliográficas

ALVES, Marco Antônio; CAMPOS, Gabriela. – **A Política Identitária em Questão: Reflexões a Partir de Judith Butler e Achille Mbembe** – *RDP*, Brasília, Volume 18, n. 97, 617-644, jan./fev. 2021(Dossiê Temático “Igualdade e Diferença: Dilemas e Desafios do Uso de Categorias Indenitárias para a Promoção dos Direitos Fundamentais de Minorias Políticas”)

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault Um percurso pelos seus ternas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, reimpressão 2000.

FANON, Frantz. **Peles Negras Máscaras Brancas**. Salvador: Editora EDUFBA, 2018.

----- . **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2015, 3ª reimpressão.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 1999

----- . **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

----- . **Outros espaços**. In: **Ditos e escritos III. Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411 – 422.

----- . **Hermenêutica do Sujeito**. *São Paulo*: Martins Fontes.2006

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**, 1ªedição. Lisboa: Antígona, 2014.

----- . **As Formas Africanas de Auto-inscrição**. Revista Estudos Afro-asiáticos, 2001.

----- . **Sair da Grande Noite. Ensaio sobre a África Descolonizada.** Luanda: Edições Pédago e Edições Mulembo, 2014.

----- . **A África insubmissa. Cristianismo, Poder e Estado na sociedade pós-colonial.** Coleção Reler África. Luanda: Edições Pédago e Edições Mulembo, 2013.

----- . **Políticas de Inimizade.** Lisboa: Editora Antígona, 2017.

----- . **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte.** São Paulo: -1 edições, 2018.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela. **A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*,** Santa Cruz do Sul: n.38, p.45-59, jan./jun 2013.